ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PANAMÁ

A República Federativa do Brasil

e

A República do Panamá
(doravante designadas como as "Partes" ou individualmente como "Parte"),

Desejando fortalecer e ampliar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

Buscando criar e manter condições favoráveis para os investimentos de investidores de uma Parte no território da outra Parte;

Buscando estimular, facilitar e apoiar os investimentos bilaterais, abrindo assim novas oportunidades de integração entre as Partes;

Reconhecendo o papel essencial do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável;

Considerando que o estabelecimento de uma parceria estratégica entre as Partes na esfera dos investimentos trará amplos benefícios mútuos;

Assegurando a autonomia regulatória e o espaço para formular políticas de cada Parte;

Desejando incentivar e fortalecer os contatos entre os investidores e os governos de ambas as Partes;

Buscando criar mecanismos de diálogo técnico e fomentar iniciativas governamentais que possam contribuir para um aumento significativo do investimento mútuo;

Reconhecendo a importante contribuição que o investimento pode dar para o desenvolvimento sustentável das Partes, incluindo a redução da pobreza e a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento humano relacionados com o investimento, compreendendo ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentável requer o cumprimento dos seus pilares econômico, social e ambiental; e

Buscando promover uma perspectiva de gênero nos investimentos, fomentando a igualdade de direitos, tratamento e oportunidades entre homens e mulheres nos negócios, na

indústria e no mundo do trabalho, contribuindo ainda mais para o crescimento econômico sustentável.

Acordam o seguinte Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, doravante denominado "Acordo", nos seguintes termos:

PARTE I
DISPOSIÇÕES INICIAIS E DEFINIÇÕES GERAIS

Artigo 1º
Objetivo

O objetivo deste Acordo é promover a cooperação entre as Partes com o fim de facilitar e promover o investimento mútuo. Para atingir esse objetivo, este Acordo estabelece o quadro institucional para a gestão de uma agenda de cooperação e facilitação de investimentos, os mecanismos para a mitigação de riscos e prevenção de conflitos, entre outros instrumentos mutuamente acordados pelas Partes no âmbito do Comitê Conjunto.

Artigo 2°
Definições

1. Para os efeitos do presente Acordo:

1.1 "Atividades comerciais substanciais" significa as operações econômicas reais e contínuas de uma empresa, tais como, mas não se limitando a, produção, prestação de serviços, gestão administrativa, geração de emprego, desenvolvimento tecnológico, atividades comerciais efetivas ou qualquer outra que contenha um fator ou elemento que denote estabelecimento e operação suficientemente significativos para demonstrar uma presença empresarial autêntica e não meramente formal.

1.2 "Empresa" significa qualquer entidade constituída ou organizada de acordo com a legislação de uma Parte, com ou sem fins lucrativos, privada ou estatal, e que tenha seu domicílio, bem como atividades comerciais substanciais, no território dessa Parte.

1.3 "Entrada e permanência temporária" significa a entrada e a permanência no território de uma Parte por uma pessoa física da outra Parte que não tem a intenção de estabelecer residência permanente.

1.4 "Estado Anfitrião" significa a Parte em que o investimento é realizado.

1.5 "Informação confidencial" significa toda informação comercial reservada, tal como informação financeira ou técnica cuja divulgação possa resultar em perdas ou ganhos materiais ou prejuízos para posições competitivas, e inclui informação que seja reservada ou protegida de outra forma contra a divulgação, de acordo com a legislação de uma Parte.

1.6 "Investimento" significa qualquer ativo de propriedade de um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de acordo com as leis e regulamentos da outra Parte, que tenha as características de um investimento e que, direta ou indiretamente, permita ao investidor exercer controle ou grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou prestação de serviços no território da outra Parte, incluindo o aporte de capital, o objetivo de estabelecer um interesse duradouro, a expectativa de lucro ou utilidade ou a assunção de riscos. As formas que um investimento pode assumir incluem, mas não se limitam a:

a) ações, quotas, participações e outros tipos de capital em uma empresa;

b) bens móveis ou imóveis e outros direitos de propriedade, tais como hipotecas, penhores, garantias, ônus ou outros direitos e obrigações similares;

c) os direitos de exploração, aproveitamento e uso conferidos por uma licença, permissão ou concessão concedida e regulamentada pela legislação do Estado Anfitrião e/ou por um contrato[1] ;

d) direitos decorrentes de contratos, incluindo contratos "turn-key", de construção, produção, gestão, concessão ou outros contratos;

e) empréstimos a uma empresa e instrumentos de dívida de uma empresa, quando a data de vencimento original do instrumento de dívida for de pelo menos três (3) anos; e

f) direitos de propriedade intelectual, tal como definidos ou referenciados no Acordo TRIPS.

Para os efeitos do presente Acordo e para maior certeza, "Investimento" não inclui:

a) uma ordem ou sentença proferida em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo;

b) títulos de dívida emitidos por uma Parte ou empréstimos concedidos por uma Parte à outra Parte, títulos, debêntures, empréstimos ou outros instrumentos de dívida de uma empresa estatal de uma Parte que sejam considerados dívida pública nos termos da legislação dessa Parte;

c) investimentos de portfólio, ou seja, aqueles que não permitem ao investidor exercer controle ou grau significativo de influência na gestão da empresa;

d) direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por um investidor no território de uma Parte a um nacional ou a uma empresa no território da outra Parte, ou a concessão de crédito no marco de uma transação comercial; ou qualquer outra reivindicação monetária que não implique o tipo de interesses estabelecidos nas alíneas (a) a (f) acima; e

e) direitos decorrentes de quaisquer despesas ou outras obrigações financeiras incorridas pelo investidor antes do estabelecimento do investimento, inclusive para cumprir as normas de admissão de capital estrangeiro ou outros limites ou condições específicas, de acordo com a legislação sobre admissão de investimentos do Estado Anfitrião.

---

[1] O fato de um tipo de licença, autorização, permissão ou instrumento semelhante (incluindo uma concessão, na medida em que esta tenha a natureza desse tipo de instrumento) ter as características de um investimento depende de fatores como a natureza, os desembolsos de capital e o alcance dos direitos do titular, de acordo com a legislação da Parte. Entre as licenças, autorizações, permissões ou instrumentos similares que não têm as características de um investimento, estão aqueles que não geram direitos protegidos, de acordo com a legislação interna. Para maior certeza, o acima exposto não prejudica que um ativo associado a tal licença, autorização, permissão ou instrumento semelhante tenha as características de um investimento.

1.7 "Investidor" significa uma pessoa natural ou empresa de uma Parte que tenha realizado um investimento no território da outra Parte.

1.8 "Medida" significa lei, regulamento, norma, procedimento, resolução administrativa ou qualquer outro instrumento adotado por uma Parte.

1.9 "Pessoa natural" significa um cidadão ou residente permanente de uma Parte, de acordo com sua legislação[2].

1.10 "Rendimentos" significa os valores obtidos por um investimento, incluindo lucros, juros, ganhos de capital, dividendos, royalties e honorários.

1.11 "Território" significa:

a) Com relação à República Federativa do Brasil, o território, incluindo seus espaços terrestres e aéreos, a zona econômica exclusiva, o mar territorial, a plataforma continental, o solo e o subsolo sobre os quais a Parte exerce seus direitos de soberania ou jurisdição, de acordo com o direito internacional e com sua legislação interna.

b) Com relação à República do Panamá, compreende o espaço terrestre, marítimo e aéreo sob sua soberania, bem como sua zona econômica exclusiva e sua plataforma continental, sobre os quais exerce direitos soberanos e jurisdição, de acordo com o Direito Internacional e seu Direito Interno.

Artigo 3º
Âmbito e cobertura

1. O presente Acordo aplica-se a todas as medidas adotadas ou mantidas por uma Parte em relação aos investimentos de investidores da outra Parte em seu território, existentes na data de entrada em vigor do presente Acordo ou estabelecidos, adquiridos e ampliados posteriormente, que tenham sido admitidos por uma Parte de acordo com o disposto em sua legislação e políticas nacionais, conforme aplicável em cada momento.

2. As disposições do presente Acordo não se aplicam aos investimentos abrangidos por medidas existentes antes da data de entrada em vigor do presente Acordo. Isso não impede que as partes discutam questões de interesse mútuo relativas a tais medidas no Comitê Conjunto estabelecido no presente instrumento.

3. Este Acordo não limitará os direitos e benefícios de que goza um investidor de uma Parte em virtude da legislação nacional ou internacional no território da outra Parte.

4. Para maior certeza, as Partes reafirmam que o presente Acordo será aplicado sem prejuízo dos direitos e obrigações decorrentes dos Acordos da Organização Mundial do Comércio.

5. As disposições deste Acordo não impedirão a adoção e implementação de novos requisitos legais ou restrições aos investidores e seus investimentos, desde que sejam consistentes com este Acordo.

---

[2] Se uma Parte conceder aos seus residentes permanentes tratamento substancialmente idêntico ao que concede às pessoas naturais que têm a nacionalidade dessa Parte, seus residentes permanentes serão incluídos na definição de pessoas naturais.

6. O presente Acordo não se aplicará a:

a) emissão de licenças compulsórias concedidas em relação aos direitos de propriedade intelectual em conformidade com o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio da Organização Mundial do Comércio (Acordo TRIPS); ou à revogação, limitação ou criação de direitos de propriedade intelectual, na medida em que a emissão, revogação, limitação ou criação seja compatível com o Acordo TRIPS;

b) compras governamentais por uma Parte;

c) subsídios ou concessões concedidos por uma Parte, incluindo empréstimos, garantias e seguros com apoio governamental no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento e de assistência a grupos vulneráveis;

d) medidas tributárias, exceto conforme disposto no Artigo 10; e

e) quaisquer vantagens especiais concedidas na Parte Anfitriã por instituições financeiras com o objetivo de assistência ao desenvolvimento ou para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas ou novas indústrias;

7. O presente Acordo não poderá ser invocado para questionar qualquer litígio resolvido pelo esgotamento dos recursos internos, em que haja proteção da coisa julgada ou reclamação relativa a um investimento que tenha sido resolvida antes da entrada em vigor do Acordo.

Artigo 4º
Entrada e permanência temporária de investidores

1. Cada Parte publicará prontamente, de preferência "online", informações sobre os requisitos e procedimentos atuais para entrada e permanência temporária de investidores, incluindo, quando apropriado, materiais explicativos, formulários, taxas e documentos pertinentes, de modo a permitir que as pessoas interessadas da outra Parte tenham conhecimento desses requisitos e procedimentos aplicáveis. Essas informações serão mantidas atualizadas.

2. Este Artigo se aplicará às medidas que afetam a entrada e a permanência temporária de investidores de uma Parte que realizam atividades de investimento e não se aplicará às medidas de uma Parte relacionadas à entrada ou permanência temporária de pessoas naturais em seu território.

3. Este Artigo não se aplicará às medidas que afetem os nacionais de uma Parte que desejem acessar o mercado de trabalho da outra Parte, nem se aplicará às medidas relativas à nacionalidade, cidadania, residência ou emprego de caráter permanente.

PARTE II
MEDIDAS REGULATÓRIAS E DE MITIGAÇÃO DE RISCOS

Artigo 5º
Admissão e tratamento

1. Cada Parte tratará os investidores da outra Parte e seus investimentos de acordo com seu ordenamento jurídico aplicável e com o presente Acordo.

2. De acordo com os princípios deste Acordo, cada Parte assegurará que todas as medidas que afetem o investimento sejam administradas de forma objetiva e imparcial, em conformidade com o devido processo legal e sua respectiva legislação.

3. Para maior certeza, os padrões de "tratamento justo e equitativo" e "proteção e segurança plenas" não estão cobertos por este Acordo e não serão utilizados como padrões interpretativos nos procedimentos de resolução de controvérsias em matéria de investimentos.

Artigo 6º
Tratamento nacional

1. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data de entrada em vigor do presente Acordo, cada Parte concederá aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores em relação ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação dos investimentos em seu território.

2. Sem prejuízo das medidas vigentes ao amparo de sua legislação na data de entrada em vigor do presente Acordo, cada Parte concederá aos investimentos dos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos no seu território dos seus próprios investidores no que diz respeito ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação, venda ou outra alienação dos investimentos.

3. Nenhuma disposição deste Acordo será interpretada no sentido de impedir que uma Parte adote novos requisitos que afetem os investidores da outra Parte, desde que tais requisitos não sejam discriminatórios e estejam em conformidade com este Acordo.

4. Para maior certeza, o tratamento a ser acordado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, incluindo se o tratamento pertinente distingue entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.

5. Para maior certeza, este Artigo não será interpretado no sentido de obrigar uma Parte a compensar as desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro do investidor ou dos investimentos.

Artigo 7º
Desapropriação direta

1. Ao determinar o montante da indenização em caso de desapropriação, a autoridade competente de cada Parte deverá seguir as disposições deste Artigo, sem prejuízo de suas leis e regulamentos.

2. As Partes não nacionalizarão nem desapropriarão os investimentos de investidores da outra Parte, exceto quando for:

a) para fins de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social;

b) de forma não discriminatória;

c) sobre o pagamento de uma indenização efetiva, conforme disposto neste Artigo[3]; e

d) de acordo com o devido processo legal.

3. A indenização deverá:

a) ser paga sem demora indevida, de acordo com o ordenamento jurídico do Estado anfitrião;

b) ser equivalente ao valor justo de mercado do investimento desapropriado imediatamente antes da desapropriação se tornar efetiva ou antes da iminência da desapropriação se tornar de conhecimento público, o que ocorrer primeiro, doravante denominada "data de avaliação"; e

c) ser plenamente exigível e livremente transferível, de acordo com o Artigo sobre transferências.

4. Para determinar o valor justo de mercado, os critérios de avaliação podem incluir o valor da empresa em funcionamento, o capital investido, o valor dos ativos, incluindo o valor fiscal declarado dos bens corpóreos, entendendo-se que os critérios enunciados são meramente orientativos e não excluem outros que possam ser pertinentes.

5. A indenização será paga na moeda de uso do Estado Anfitrião e não será inferior ao valor justo de mercado na data da avaliação, acrescido dos juros fixados com base em critérios de mercado, acumulados desde a data da avaliação até a data do pagamento, de acordo com a legislação do Estado Anfitrião[4].

6. Para maior certeza, este Acordo aplica-se apenas à desapropriação direta, que ocorre quando um investimento é nacionalizado ou de outra forma desapropriado diretamente por meio da transferência formal da titularidade ou dos direitos de propriedade, e não se aplica à desapropriação indireta.

7. As Partes cooperarão para melhorar o conhecimento de suas respectivas legislações nacionais em matéria de desapropriação de investimentos.

---

[3] Para maior certeza, a indenização não será aplicada quando a desapropriação de bens móveis e imóveis resultar de atividades ilegais devidamente comprovadas de acordo com o ordenamento jurídico das Partes. Tal desapropriação não será objeto de processo de solução de controvérsias.

[4] De acordo com as leis e regulamentos das Partes, a indenização pela expropriação de bens que não cumpram sua função social poderá ser realizada na forma de títulos da dívida pública. Nada previsto neste Acordo dará lugar à interpretação de que tal forma de compensação é incompatível com este Acordo.

Artigo 8º
Indenização por perdas

Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte sofram perdas devido a conflito armado internacional ou interno, revolução, estado de emergência nacional ou insurreição receberão desta última Parte tratamento em matéria de restituição, indenização ou outra forma de compensação não menos favorável ao outorgado aos seus investidores ou aos investidores de um terceiro Estado.

Artigo 9°
Transferências

1. Cada Parte permitirá que a transferência, de seu território para o exterior e do exterior para seu território, de recursos relacionados a um investimento seja realizada após o cumprimento dos requisitos exigidos por seu ordenamento jurídico e sem demora indevida. As transferências serão efetuadas em moeda livremente conversível à taxa de câmbio vigente no mercado na data da transferência, uma vez cobertas as taxas e impostos legais. Essas transferências incluem:

a) a contribuição inicial de capital ou qualquer acréscimo da mesma em relação à manutenção ou expansão do investimento;

b) os rendimentos diretamente relacionados com o investimento;

c) as receitas resultantes da venda ou liquidação total ou parcial do investimento;

d) os salários e demais remunerações recebidas pelo pessoal contratado no exterior em relação a um investimento;

e) os reembolsos de qualquer empréstimo, incluindo os juros correspondentes, diretamente relacionados com o investimento;

f) o montante da indenização, em caso de desapropriação, compensação por perdas ou uso temporário do investimento de um investidor da outra Parte pela Autoridade do Estado anfitrião; e

g) o valor das receitas provenientes da venda dos títulos da dívida pública no mercado, quando a indenização for paga com tais títulos.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, uma Parte poderá, de forma não discriminatória e de boa-fé, impedir uma transferência, caso tal transferência deva ser obstada em virtude de suas leis relativas a:

a) falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;

b) infrações penais;

c) relatórios financeiros ou conservação de registros de transferências, quando necessário para colaborar com autoridades policiais ou órgãos reguladores financeiros; ou

d) garantia da execução de decisões, sentenças ou laudos em processos judiciais ou administrativos.

3. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas restritivas temporárias em relação a pagamentos ou transferências relativas a transações correntes no caso de graves dificuldades na balança de pagamentos ou de dificuldades ou ameaça de dificuldades financeiras externas.

4. Nenhuma disposição do presente Acordo deve ser interpretada no sentido de impedir que uma Parte adote ou mantenha medidas restritivas temporárias em relação a pagamentos ou transferências relacionados com movimentos de capitais:

a) em caso de graves dificuldades na balança de pagamentos ou dificuldades ou ameaças de dificuldades financeiras externas; ou

b) quando, em circunstâncias excepcionais, os pagamentos ou transferências relativas a movimentos de capitais gerem ou ameacem gerar graves dificuldades para a gestão macroeconômica.

5. A adoção de medidas restritivas temporárias às transferências, caso existam graves dificuldades na balança de pagamentos nos casos descritos nos parágrafos 3 e 4 do presente Artigo, deve ser não discriminatória e estar em conformidade com os Artigos do Acordo Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.

Artigo 10
Medidas tributárias

1. Nada no presente Acordo afetará os direitos e obrigações das Partes ao abrigo de qualquer regulamentação tributária. Em caso de conflito entre as disposições do presente Acordo e qualquer tipo de regulamentação tributária, prevalecerão as disposições da regulamentação tributária.

2. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada como uma obrigação de uma Parte de conceder a um investidor da outra Parte, em relação aos seus investimentos, o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio resultante de um acordo para evitar a dupla tributação, atual ou futuro, do qual uma das Partes do presente Acordo seja parte ou se torne parte.

3. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada de forma a impedir a adoção ou execução de qualquer medida destinada a garantir a imposição ou cobrança equitativa ou efetiva de impostos conforme previsto na legislação das Partes, desde que tal medida não se aplique de maneira que constitua um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição dissimulada.

Artigo 11
Medidas prudenciais

1. Nenhuma disposição do presente Acordo deve ser interpretada no sentido de impedir uma Parte de adotar ou manter medidas prudenciais, tais como:

a) a proteção de investidores, depositantes, participantes do mercado financeiro, tomadores de apólices, beneficiários de apólices ou pessoas para com as quais uma instituição financeira tenha uma obrigação fiduciária;

b) a manutenção da segurança, solidez, solvência, integridade ou responsabilidade financeira das instituições financeiras; e

c) a garantia da integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.

2. Quando tais medidas não estiverem em conformidade com as disposições do presente Acordo, elas não serão utilizadas como meio para evitar os compromissos ou obrigações contraídas pela Parte ao amparo do presente Acordo.

PARTE III
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DOS SEUS INVESTIDORES

Artigo 12
Direito de regular

1. Para os efeitos do presente Acordo, as Partes reafirmam o direito de cada Parte de regulamentar no seu território para alcançar objetivos de política legítimos, tais como em matéria de segurança nacional, trabalho, direitos indígenas, saúde, meio ambiente, segurança, igualdade de gênero, proteção social ou do consumidor e diversidade cultural. Para os efeitos do acima exposto, as Partes não renunciarão nem anularão, de forma alguma, tais medidas ou normas como incentivo ao estabelecimento, aquisição ou expansão no seu território de investimentos por um investidor da outra Parte.

2. Para maior certeza, o simples fato de uma Parte tomar ou não uma medida que possa ser inconsistente com as expectativas de um investidor não constitui uma violação deste Acordo, mesmo que haja perda ou dano ao investimento como resultado.

Artigo 13
Cumprimento da legislação interna

As Partes reafirmam e reconhecem que:

a) os investidores e seus investimentos devem cumprir todas as leis, regulamentos, diretrizes administrativas e políticas de uma Parte em relação ao estabelecimento, aquisição, gestão, operação e alienação dos investimentos;

b) os investidores e seus investimentos não devem, antes ou depois do estabelecimento de um investimento, oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida, gratificação ou presente de qualquer natureza, direta ou indiretamente, a servidor público ou funcionário de uma Parte como incentivo ou recompensa por realizar ou abster-se de qualquer ato oficial, obter ou manter outra vantagem indevida, nem serão cúmplices em incitar, ajudar, instigar ou conspirar para cometer tais atos; e

c) um investidor deverá fornecer, de forma exaustiva e precisa, as informações que as Partes exigirem, nos termos da legislação aplicável, com relação a um investimento e ao histórico e práticas corporativas do investidor, para fins de tomada de decisões governamentais em relação a esse investimento ou apenas para fins estatísticos.

Artigo 14
Transparência das medidas de investimento

1. Cada Parte publicará[5] ou disponibilizará prontamente ao público e, exceto em situações de emergência, o mais tardar no momento de sua entrada em vigor, todas as medidas relevantes de aplicação geral relacionadas a questões que se enquadram no âmbito de aplicação deste Acordo, de forma a permitir que os investidores, outras pessoas interessadas e outras Partes se familiarizem com elas. Cada Parte publicará, o mais tardar no momento da sua entrada em vigor para a Parte, os acordos internacionais de que seja parte signatária e que afetem os investimentos.

2. Cada Parte envidará todos os esforços para conceder um prazo razoável entre a publicação do texto de uma lei ou regulamento referido no Artigo 13 e a data em que os investidores devem cumprir essa lei ou regulamento.

3. Na publicação de uma nova lei ou regulamento referido no Artigo 13, ou de suas alterações, ou antes dessa publicação, na medida do possível e de forma consistente com seu ordenamento jurídico para a adoção de medidas, uma Parte procurará explicar o objetivo e a justificativa da lei ou regulamento.

4. Cada Parte disponibilizará, por meios eletrônicos, informações importantes para os investidores e manterá as informações atualizadas, conforme apropriado. Essas informações incluem:

a) as leis e regulamentos que se referem especificamente ao investimento estrangeiro direto, quando existirem;

b) informações sobre os setores abertos, restritos ou proibidos ao investimento estrangeiro direto;

c) quando possível, informações sobre as etapas práticas relevantes para investir em seu território. Essas informações devem abranger, entre outras coisas, os requisitos e procedimentos, quando existirem, relativos a:

i) estabelecimento de empresas e registro de negócios;

ii) conexão à infraestrutura essencial;

iii) aquisição e registro de propriedades;

iv) licenças de construção;

v) transferências de capital e pagamentos;

vi) pagamento de impostos;

vii) incentivos públicos disponíveis para os investidores; e

viii) resolução de insolvência; e

d) informações de contato das autoridades competentes relevantes.

---

[5] Para os efeitos dessas disciplinas, "publicar" significa incluir em uma publicação oficial, como um diário oficial, ou em um *site* oficial.

5. Se uma Parte adotar ou mantiver medidas de aplicação geral para facilitar o investimento estrangeiro direto, ela é incentivada a publicá-las ou disponibilizá-las ao público, inclusive por meios eletrônicos.

6. Não serão cobradas taxas a nenhum investidor ou pessoa que pretenda investir no território de uma Parte para ter acesso às medidas ou informações fornecidas nos termos deste Artigo.

Artigo 15
Princípios gerais para os procedimentos de autorização

1. Cada Parte deverá assegurar que os procedimentos de autorização que adotar ou mantiver não compliquem ou atrasem indevidamente as atividades de investimento.

2. Se uma Parte adotar ou mantiver medidas relacionadas à autorização para um investimento, a Parte assegurará que:

a) tais medidas se baseiem em critérios objetivos e transparentes[6];

b) essas medidas não discriminem entre homens e mulheres;

c) os procedimentos sejam imparciais e adequados para que os requerentes demonstrem se cumprem os requisitos, quando tais requisitos existirem; e

d) os procedimentos não impeçam injustificadamente o cumprimento dos requisitos.

3. A avaliação pelas autoridades competentes relevantes de uma Parte de um pedido de autorização será feita com base nos critérios estabelecidos em uma medida em conformidade com o seu ordenamento jurídico.

Artigo 16
Procedimentos de autorização

1. Se uma Parte exigir autorização para um investimento, deve assegurar que as suas autoridades competentes:

a) na medida do possível, permitam a apresentação de um pedido em qualquer momento do ano.[7] Se houver um prazo específico para solicitar uma autorização, a Parte assegurará que as autoridades competentes permitam um prazo razoável para a apresentação de um pedido;

b) aceitem cópias de documentos autenticados de acordo com as leis e regulamentos da outra Parte, em vez de documentos originais, a menos que as autoridades competentes exijam documentos originais para proteger a integridade do processo de autorização;

---

[6] Esses critérios podem incluir, entre outras coisas, a competência e a capacidade para realizar uma atividade de investimento, incluindo fazê-lo de forma consistente com os requisitos regulamentares de uma Parte, tais como os requisitos sanitários e ambientais. As autoridades competentes podem avaliar o peso a ser dado a cada critério.

[7] As autoridades competentes não são obrigadas a começar a examinar os pedidos fora do seu horário de trabalho oficial e dos dias úteis.

c) quando uma autoridade competente de uma Parte exigir e mantiver documentos originais, qualquer outra autoridade competente dessa Parte deverá, na medida em que seja compatível com as leis e regulamentos da Parte, aceitar uma cópia autenticada apresentada pelo requerente ou, se for o caso, uma cópia da autoridade que detém o original;

d) na medida do possível, forneçam um prazo indicativo para o processamento de um pedido;

e) a pedido do requerente, forneçam sem demora informações sobre o estado do pedido;

f) na medida do possível, verifiquem sem demora injustificada a conformidade de um pedido de tratamento com as leis e regulamentos da Parte;

g) se considerarem um pedido conforme para processamento nos termos das leis e regulamentos da Parte[8], dentro de um prazo razoável após a apresentação do pedido, certifiquem-se de que:

   i) o processamento do pedido seja concluído; e

   ii) o requerente seja informado da decisão relativa ao pedido[9], na medida do possível, por escrito[10] ;

h) se considerarem que um pedido está incompleto para ser processado de acordo com as leis e regulamentos da Parte, dentro de um prazo razoável após a apresentação do pedido, na medida do possível:

   i) informem o requerente de que o pedido está incompleto;

   ii) a pedido do requerente, identifiquem as informações adicionais necessárias para completar o pedido, ou forneçam orientações sobre os motivos pelos quais o pedido é considerado incompleto; e

   iii) deem ao requerente a oportunidade [11] de fornecer as informações adicionais necessárias para completar o pedido; no entanto, se nenhuma das opções acima for viável e o pedido for rejeitado por estar incompleto, assegurem que o requerente seja informado dentro de um prazo razoável após a decisão de rejeição; e

i) se um pedido for indeferido, na medida do possível, seja por iniciativa própria ou a pedido do requerente, informem por escrito os motivos da rejeição e, se for o caso, dos procedimentos para apresentar um novo pedido. Um requerente não deve ser impedido de apresentar outro pedido[12] apenas com base em um pedido anteriormente rejeitado.

---

[8] As autoridades competentes podem exigir que todas as informações sejam apresentadas num formato especificado para serem consideradas «completas para tratamento».

[9] As autoridades competentes podem cumprir este requisito informando previamente por escrito ao requerente, inclusive por meio de uma medida publicada, que a falta de resposta após um período de tempo especificado, a partir da data de apresentação do pedido, indique sua aceitação ou rejeição.

[10] "Por escrito" pode incluir em formato eletrônico.

[11] Esta oportunidade não exige que uma autoridade competente prorrogue os prazos.

[12] As autoridades competentes podem exigir que o conteúdo do pedido seja revisado.

2. As autoridades competentes de uma Parte garantirão que a autorização, uma vez concedida, entre em vigor sem atrasos injustificados, sujeita aos termos e condições aplicáveis.[13]

3. Cada Parte deve, na medida do possível, evitar exigir que um requerente tenha de dirigir-se a mais do que uma autoridade competente para cada pedido de autorização. Se um investimento estiver sob a jurisdição de várias autoridades competentes, podem ser necessários vários pedidos de autorização. Nesses casos, na medida do possível e em conformidade com o seu ordenamento jurídico, cada Parte é encorajada a utilizar um ponto único de entrada para esses pedidos.

4. Cada Parte assegurará que as taxas de autorização [14] cobradas pelas suas autoridades competentes, quando existirem, sejam razoáveis, transparentes, baseadas na autoridade estabelecida em medida e não restrinjam, por si só, as atividades de investimento dos investidores de outra Parte.

5. Cada Parte concederá, na medida do possível, um período de tempo adequado entre a publicação das taxas de autorização novas ou alteradas e a sua entrada em vigor, exceto em circunstâncias urgentes. Estas taxas não serão aplicadas até que as informações sobre as mesmas tenham sido publicadas.

PARTE IV
INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Artigo 17
Conduta Empresarial Responsável

1. Os investidores e seus investimentos se esforçarão para alcançar o mais alto nível possível de contribuição para o desenvolvimento sustentável do Estado Anfitrião e da comunidade local, através da adoção de um alto grau de práticas socialmente responsáveis, com base nos princípios e normas voluntárias estabelecidos neste Artigo.

2. As Partes envidarão seus melhores esforços para incentivar os investidores e seus investimentos a cumprir os seguintes princípios e normas voluntárias para uma Conduta Empresarial Responsável e coerente com as leis adotadas pelo Estado Anfitrião receptor do investimento:

a) contribuir para o progresso econômico, social e ambiental, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável;

b) respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos das pessoas envolvidas nas atividades dos investidores;

c) estimular a criação de capacidades locais por meio de uma estreita cooperação com a comunidade local;

d) promover a criação de capital humano, especialmente criando oportunidades de emprego e oferecendo formação profissional aos trabalhadores;

---

[13] As autoridades competentes não são responsáveis por atrasos devidos a razões alheias à sua competência.

[14] Para os efeitos do presente Acordo, as taxas de autorização não incluem taxas pela utilização de recursos naturais, royalties, pagamentos no âmbito de leilões, concursos ou outros meios não discriminatórios de concessão, nem contribuições obrigatórias para a prestação de serviço universal.

e) abster-se de buscar, solicitar ou aceitar isenções não previstas no quadro legal ou regulatório, relacionadas com direitos humanos, meio ambiente, saúde, segurança, trabalho, sistema tributário, incentivos financeiros ou outras questões;

f) apoiar e promover os princípios da boa governança corporativa e desenvolver e aplicar boas práticas de governança corporativa;

g) desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre os investidores e as sociedades nas quais exercem suas atividades;

h) promover o conhecimento e o cumprimento, por parte dos trabalhadores, das políticas da empresa através da sua divulgação adequada, inclusive por meio de programas de capacitação;

i) abster-se de adotar medidas discriminatórias ou disciplinares contra os trabalhadores que apresentarem relatórios ao conselho, diretorias ou autoridades públicas competentes, conforme o caso, sobre práticas que violem a lei ou a política corporativa;

j) fomentar, na medida do possível, que seus parceiros, incluindo prestadores de serviços e contratados, apliquem princípios de conduta empresarial compatíveis com os princípios previstos neste Artigo; e

k) abster-se de qualquer interferência indevida nas atividades políticas locais.

Artigo 18
Investimento e gênero

1. As Partes reconhecem que políticas de investimento inclusivas contribuem para o avanço da autonomia econômica das mulheres e para a igualdade de gênero, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030. As Partes reafirmam seu compromisso de adotar, manter e implementar efetivamente suas leis, regulamentos, políticas e boas práticas relacionadas à igualdade de gênero.

2. Cada Parte deverá manter políticas e medidas para promover o acesso das mulheres às oportunidades e eliminar os obstáculos em seus países, melhorando sua participação na economia nacional e internacional e contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável.

3. Cada Parte deverá promover internamente o conhecimento público de suas leis, regulamentos, políticas e práticas em matéria de igualdade de gênero.

4. As Partes reconhecem que não é apropriado renunciar ou revogar de forma alguma a proteção oferecida por suas respectivas leis e regulamentos em matéria de igualdade de gênero, de modo a enfraquecer ou reduzir as proteções garantidas por tais leis e regulamentos, com o objetivo de incentivar investimentos.

Artigo 19
Medidas de investimento e luta contra a corrupção e a ilegalidade

1. Cada Parte manterá medidas para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo em relação às matérias abrangidas pelo presente Acordo, em conformidade com as suas leis e regulamentos.

2. Nenhuma disposição do presente Acordo exigirá que qualquer Parte proteja os investimentos realizados com capital ou ativos de origem ilícita ou os investimentos cuja constituição ou operação tenha demonstrado terem ocorrido atos ilegais e para os quais a legislação nacional preveja a confiscação de ativos.

3. Os investidores e seus investimentos não devem, antes ou depois do estabelecimento de um investimento, oferecer, prometer ou conceder qualquer vantagem pecuniária indevida ou outra vantagem, seja diretamente ou por meio de intermediários, a um funcionário público do Estado Anfitrião, a um membro da família desse funcionário, a um parceiro comercial ou a qualquer pessoa próxima ao funcionário, em benefício desse funcionário ou de terceiros, com o objetivo de que o funcionário ou terceiro aja ou se abstenha de agir no exercício de suas funções oficiais, a fim de obter qualquer favor em relação a um investimento proposto ou a licenças, permissões, contratos ou outros direitos relacionados a um investimento.

4. Os investidores e seus investimentos não devem ser cúmplices de nenhum ato descrito no parágrafo 1 acima, incluindo instigação, auxílio, cumplicidade, conspiração para cometer ou autorização de tais atos.

5. Os investidores e seus investimentos devem cumprir as disposições legais das Partes relativas à tributação, incluindo o pagamento pontual de suas obrigações tributárias.

6. A violação do presente Artigo por um investidor ou um investimento será considerada uma violação do direito interno do Estado Anfitrião relativo ao estabelecimento e funcionamento de um investimento.

Artigo 20
Disposições sobre investimento e meio ambiente, assuntos trabalhistas e saúde

1. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir uma Parte de adotar, manter ou aplicar qualquer medida que considere apropriada para garantir que a atividade de investimento em seu território seja realizada de acordo com a legislação trabalhista, ambiental e sanitária dessa Parte, desde que essa medida não seja aplicada de forma a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição dissimulada.

2. As Partes reconhecem que não é apropriado incentivar o investimento através da redução dos requisitos da sua legislação laboral, ambiental ou sanitária. Portanto, cada Parte assegurará que não será modificada, revogada ou oferecida a modificação ou revogação dessa legislação com o objetivo de incentivar o estabelecimento, a manutenção ou a expansão de um investimento em seu território, na medida em que tal modificação ou revogação implique uma diminuição de suas exigências ou padrões trabalhistas, ambientais ou sanitários. Se uma das Partes considerar que a outra Parte ofereceu tal incentivo, as Partes abordarão a questão por meio de consultas.

PARTE V
EXCEÇÕES

Artigo 21
Exceções gerais

Sujeito ao requisito de que tais medidas não sejam aplicadas de forma a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada contra a outra Parte ou seus investidores em condições equivalentes, ou uma restrição dissimulada aos investimentos dos investidores da outra Parte no território de uma Parte, nada no presente Acordo será interpretado como um impedimento à adoção ou aplicação, por uma Parte, de medidas:

a) necessárias para proteger a moral pública ou para manter a ordem pública[15];

b) necessárias para proteger a vida ou a saúde das pessoas, dos animais ou das plantas;

c) necessárias para garantir o cumprimento das leis ou regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo, incluindo as relativas à:

   i) prevenção de práticas enganosas e fraudulentas ou para fazer face aos efeitos de um inadimplemento contratual;

   ii) proteção da privacidade das pessoas em relação ao processamento e à disseminação de dados pessoais e à proteção da confidencialidade dos registros e contas individuais; e

   iii) segurança; e

d) relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis, se essas medidas forem aplicadas em conjunto com restrições à produção ou ao consumo internos.

Artigo 22
Exceções de segurança

Nada neste Acordo será interpretado no sentido de:

a) exigir que uma Parte forneça qualquer informação cuja divulgação seja considerada contrária aos seus interesses essenciais de segurança;

b) impedir que uma Parte adote as medidas que considere necessárias para proteger seus interesses essenciais de segurança, tais como as relativas a:

   i) materiais fissionáveis ou de fusão, ou destinados à sua fabricação;

   ii) tráfico de armas, munições e instrumentos de guerra, ou outros bens e materiais relacionados, ou relativas à prestação de serviços destinados direta ou indiretamente ao fornecimento de estabelecimentos militares; e

---

[15] A exceção de ordem pública só pode ser invocada quando houver uma ameaça real e suficientemente grave a um dos interesses fundamentais da sociedade.

iii) aquelas adotadas em tempos de guerra ou outras situações de emergência nas relações internacionais; e

c) impedir que uma Parte adote medidas destinadas a cumprir as obrigações que lhe incumbem por força da Carta das Nações Unidas em matéria de manutenção da paz e da segurança internacionais.

PARTE VI
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 23
Comitê Conjunto para a administração do Acordo

1. Para os efeitos do presente Acordo, as Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a administração do Acordo (doravante denominado "Comitê Conjunto").

2. O Comitê Conjunto será composto por representantes governamentais de ambas as Partes designados por seus respectivos Governos.

3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, locais e pelos meios acordados pelas Partes. As reuniões serão realizadas pelo menos uma (1) vez por ano, com presidências alternadas entre as Partes.

4. O Comitê Conjunto terá as seguintes funções e responsabilidades:

a) supervisionar a implementação e execução do presente Acordo;

b) discutir temas relativos a investimento e divulgar oportunidades para a expansão dos investimentos mútuos;

c) atualizar e coordenar a implementação das Agendas para a Cooperação e Facilitação de Investimentos, em conformidade com o Artigo 31;

d) consultar o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais, quando cabível, sobre suas opiniões acerca de questões específicas relacionadas aos trabalhos do Comitê Conjunto;

e) resolver de forma amigável qualquer questão ou controvérsia relacionada com os investimentos de investidores de uma das Partes;

f) complementar as regras para controvérsias arbitrais entre as Partes, se necessário; e

g) interpretar as disposições do presente Acordo, que serão vinculantes para os tribunais arbitrais.

5. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho *ad hoc*, que se reunirão em conjunto ou separadamente do Comitê Conjunto.

6. O setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais que participam em atividades de investimento podem ser convidados a participar nos grupos de trabalho *ad hoc*, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.

7. O Comitê Conjunto estabelecerá o seu próprio regulamento interno.

Artigo 24
Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson*

1. Cada Parte designará um único órgão ou autoridade como Ponto Focal Nacional, ou *Ombudsperson*, que terá como principal responsabilidade apoiar os investidores da outra Parte em seu território.

2. Na República Federativa do Brasil, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será o *Ombudsman* de Investimento Direto (OID) da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

3. Na República do Panamá, o Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson* será o Ministério do Comércio e Indústrias através da Direção Nacional de Investimentos ou de seus sucessores.

4. O Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson*, entre outras responsabilidades, deverá:

a) atender às recomendações do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional da outra Parte, de acordo com o presente Acordo;

b) acompanhar as solicitações e consultas da outra Parte ou dos investidores da outra Parte junto às autoridades competentes e informar os interessados sobre os resultados de suas gestões;

c) avaliar, em consulta com as autoridades governamentais competentes, as sugestões e reclamações recebidas da outra Parte ou de investidores da outra Parte e recomendar, quando apropriado, ações para melhorar o ambiente de investimentos;

d) prevenir controvérsias em matéria de investimentos, em coordenação com as autoridades governamentais e as entidades privadas pertinentes;

e) prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos; e

f) informar suas atividades e ações ao Comitê Conjunto, quando cabível.

5. Os Pontos Focais Nacionais ou *Ombudpersons* cooperarão entre si e com o Comitê Conjunto para ajudar a prevenir controvérsias entre as Partes.

6. Cada Parte determinará os prazos para o cumprimento de cada uma de suas atribuições e responsabilidades, os quais serão comunicados à outra Parte.

7. As Partes fornecerão os meios e recursos para que o Ponto Focal Nacional possa desempenhar suas funções, bem como garantir seu acesso institucional a outros órgãos governamentais responsáveis pelos termos deste Acordo.

8. Cada Parte elaborará um regulamento para o funcionamento do seu Ponto Focal Nacional ou *Ombudsperson*, no qual serão expressamente estabelecidos, conforme o caso, os prazos para o desempenho das suas diversas funções e responsabilidades.

Artigo 25
Intercâmbio de informações entre as Partes

1. As Partes trocarão informações, sempre que seja possível e relevante para investimentos recíprocos, relativas a oportunidades de negócios, procedimentos e requisitos para o investimento, em particular por meio do Comitê Conjunto e de seus Pontos Focais Nacionais.

2. Para esse fim, uma Parte fornecerá, quando solicitado, de forma oportuna e respeitando o nível aplicável de proteção, informações relacionadas, em particular, com os seguintes assuntos:

a) condições regulatórias para o investimento;

b) programas governamentais e possíveis incentivos conexos;

c) políticas públicas e quadros regulatórios que possam afetar o investimento;

d) marco legal para os investimentos, incluindo a legislação sobre o estabelecimento de empresas e *joint ventures*;

e) tratados internacionais relevantes;

f) procedimentos alfandegários e regimes tributários;

g) informações estatísticas sobre o mercado de bens e serviços;

h) infraestrutura e serviços públicos disponíveis;

i) compras governamentais e concessões públicas;

j) legislação social e trabalhista;

k) legislação de imigração;

l) legislação sobre câmbio;

m) legislação relativa a setores econômicos específicos previamente identificados pelas Partes;

n) projetos e acordos regionais relativos a investimento; e

o) Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Artigo 26
Tratamento de informações protegidas

1. Cada Parte respeitará o nível de proteção da informação estabelecido pela Parte que a tenha fornecido, de acordo com a sua respectiva legislação na matéria.

2. Nenhuma disposição do presente Acordo deve ser interpretada no sentido de exigir de qualquer das Partes que preste informação protegida cuja divulgação possa comprometer o cumprimento da lei ou, de outra forma, seja contrária ao interesse público ou viole a privacidade ou os interesses comerciais legítimos. Para os efeitos do presente parágrafo, entende-se por informação protegida aquela informação comercial confidencial ou considerada privilegiada ou protegida contra a sua divulgação, de acordo com as leis aplicáveis de uma Parte.

Artigo 27
Interação com o setor privado

Reconhecendo o papel fundamental desempenhado pelo setor privado, as Partes compartilharão, entre os setores empresariais relevantes, informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócios no território da outra Parte.

Artigo 28
Cooperação entre os organismos responsáveis pela promoção dos investimentos

As Partes promoverão a cooperação entre as suas entidades de promoção de investimentos para facilitar o investimento no território da outra Parte.

Artigo 29
Procedimento de Prevenção de Controvérsias

1. Se uma Parte considerar que uma medida específica adotada pela outra Parte constitui uma violação do presente Acordo, poderá invocar o presente Artigo para iniciar um procedimento de prevenção de controvérsias através de consultas e negociações entre as Partes, no âmbito do Comitê Conjunto.

2. As seguintes regras aplicam-se ao procedimento acima mencionado:

a) para iniciar o procedimento, a Parte interessada apresentará um pedido por escrito à outra Parte, identificando a medida específica em questão e informando as conclusões de fato e de direito que sustentam a alegação. O Comitê Conjunto se reunirá no prazo de noventa (90) dias a partir da data do pedido;

b) o Comitê Conjunto disporá de noventa (90) dias a partir da data da primeira reunião, prorrogáveis por mútuo acordo, para avaliar a apresentação e preparar um relatório;

c) o relatório do Comitê Conjunto incluirá:

i) a identificação da Parte que alegou a violação;

ii) a descrição da medida em questão e a suposta violação do Acordo; e

iii) as conclusões do Comitê Conjunto; e

d) caso a controvérsia não seja resolvida após o prazo estabelecido no presente Artigo, ou se uma Parte não participar das reuniões do Comitê Conjunto convocadas de acordo com este Artigo, a controvérsia poderá ser submetida por uma Parte à arbitragem, de acordo com o Artigo 30 do presente Acordo.

3. Se a medida em questão afetar um investidor específico, a comunicação oficial indicará o nome e o endereço do investidor afetado.

4. Se o investimento em questão afetar uma ou mais comunidades específicas, o relatório do Comitê Conjunto identificará as comunidades afetadas.

5. Quando for pertinente para a análise da medida em questão, o Comitê Conjunto poderá convidar os representantes do investidor e da comunidade afetados, bem como outras partes interessadas, a comparecerem perante o Comitê Conjunto e apresentarem seus pontos de vista sobre a referida medida.

6. As atas das reuniões realizadas no âmbito do Procedimento de Prevenção de Controvérsias e toda a documentação conexa serão mantidas em sigilo, com exceção do relatório apresentado pelo Comitê Conjunto nos termos do parágrafo 2, sujeito à legislação de cada uma das Partes em matéria de divulgação da informação.

Artigo 30
Resolução de controvérsias entre as Partes sobre a interpretação ou aplicação deste Acordo

1. Uma vez esgotado o procedimento previsto no Artigo 29 sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá submeter uma disputa sobre a aplicação do presente Acordo a um Tribunal Arbitral. Uma vez esgotados os procedimentos previstos no parágrafo 4.g) do Artigo 23 e no Artigo 29, e não tendo sido alcançado um acordo, qualquer das Partes poderá submeter a um Tribunal Arbitral uma controvérsia relativa à interpretação do presente Acordo.

2. Não poderão ser objeto de arbitragem o Artigo 4º (Entrada e permanência temporária de investidores); o Artigo 17 (Conduta Empresarial Responsável); o Artigo 18 (Investimento e gênero); o parágrafo 1 do Artigo 19 (Medidas sobre investimento e combate à corrupção e à ilegalidade); e o parágrafo 2 do Artigo 20 (Disposições sobre investimento e meio ambiente, questões trabalhistas e saúde).

3. A controvérsia será administrada por um Tribunal Arbitral *ad hoc*. Alternativamente, as Partes poderão optar, de comum acordo, por submeter a controvérsia ao Escritório Internacional da Corte Permanente de Arbitragem ou a outra instituição de arbitragem. Salvo decisão em contrário das Partes, essa instituição aplicará as disposições do presente Artigo.

4. A controvérsia será resolvida de acordo com as disposições do presente Artigo, do Anexo II (Regras sobre Transparência) e, na medida em que não sejam incompatíveis com o presente Acordo, com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL vigentes na data da entrada em vigor deste Acordo.

5. O objetivo de uma arbitragem sobre a interpretação deste Acordo é determinar o seu significado jurídico correto.

6. O objetivo de uma arbitragem sobre a aplicação deste Acordo é declarar se uma medida adotada por uma Parte viola suas disposições. Para maior certeza, o Tribunal Arbitral não concederá indenização.

7. Este Artigo não se aplica a qualquer controvérsia relativa a fatos ocorridos, ou a qualquer medida adotada, antes da entrada em vigor do presente Acordo.

8. Este Artigo não se aplicará a qualquer controvérsia caso houver decorrido mais de cinco (5) anos desde a data em que a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que deram origem à controvérsia.

9. O Tribunal será composto por três (3) árbitros. Cada Parte nomeará, no prazo de noventa (90) dias após o recebimento da notificação de arbitragem, um membro do Tribunal Arbitral. No prazo de noventa (90) dias após a nomeação do segundo árbitro, os dois membros nomearão um cidadão de um terceiro Estado com o qual ambas as Partes mantenham relações diplomáticas, que, após aprovação de ambas as Partes, será nomeado Presidente do Tribunal Arbitral. A designação do Presidente deverá ser aprovada pelas Partes no prazo de trinta (30) dias a partir da data da sua nomeação.

10. Se, dentro dos prazos especificados no parágrafo 9 do presente Artigo, as nomeações necessárias não forem concluídas, qualquer das Partes poderá convidar o Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem a efetuar as nomeações necessárias. Se o Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer essa função, o Presidente da Corte Internacional de Justiça será convidado a efetuar as nomeações necessárias. Se o Presidente da Corte Internacional de Justiça for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer essa função, o membro mais antigo da Corte Internacional de Justiça que não seja nacional de uma das Partes será convidado a fazer as nomeações necessárias.

11. Os árbitros devem:

a) ser pessoas de idoneidade moral, bem como ter experiência reconhecida e os conhecimentos necessários em acordos internacionais de investimento e em Direito Internacional Público;

b) ser independentes e imparciais e não estar afiliados, direta ou indiretamente, a nenhuma das Partes ou aos outros árbitros ou possíveis testemunhas, nem receber instruções das Partes; e

c) cumprir o Código de Conduta para Árbitros na Resolução de Controvérsias Internacionais sobre Investimentos (resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 7 de dezembro de 2023), conforme aplicável à controvérsia, ou qualquer outra norma de conduta estabelecida pelo Comitê Conjunto.

12. Uma pessoa que seja membro do Comitê Conjunto não poderá atuar como árbitro em uma controvérsia nos termos do presente Acordo. Durante um período de um (1) ano, um ex-membro do Comitê Conjunto não poderá atuar como árbitro em nenhuma controvérsia nos termos do presente Acordo, salvo decisão em contrário das Partes.

13. A "Notificação de Arbitragem" e outros documentos relacionados com a resolução da controvérsia serão apresentados no local designado por cada Parte.

14. O Tribunal emitirá sua decisão por maioria de votos e decidirá com base nas disposições deste Acordo e nos princípios e normas aplicáveis do Direito Internacional reconhecidos por ambas as Partes. A menos que as Partes acordem de outra forma, a decisão do Tribunal Arbitral será proferida no prazo de cento e oitenta (180) dias, prorrogável por noventa (90) dias, a partir da data de constituição do tribunal arbitral.

15. A decisão do Tribunal será definitiva e vinculativa para as Partes, que a cumprirão sem demora.

16. O Comitê Conjunto aprovará a regra geral para determinar os honorários dos árbitros, levando em consideração as práticas das organizações internacionais pertinentes.

17. Cada Parte será responsável pelos custos de sua própria representação legal e assistência nos procedimentos arbitrais. Os custos do procedimento arbitral, incluindo os honorários do árbitro, despesas, subsídios e outros custos administrativos, serão arcados pela Parte vencida, salvo decisão em contrário do Tribunal.

PARTE VII
AGENDA PARA COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO ADICIONAL DE INVESTIMENTOS

Artigo 31
Agenda para Cooperação e Facilitação Adicional de Investimentos

1. O Comitê Conjunto desenvolverá, atualizará e coordenará a aplicação de uma Agenda para Cooperação e Facilitação Adicional de Investimentos nas questões relevantes para a promoção e melhoria do ambiente bilateral de investimentos.

2. As questões que serão inicialmente discutidas pelas Partes e seus objetivos estão enumeradas no Anexo I – "Agenda para Cooperação e Facilitação Adicional de Investimentos".

3. Como resultado das discussões no âmbito do Comitê Conjunto com relação à Agenda para Cooperação e Facilitação Adicional de Investimentos, as Partes poderão adotar compromissos adicionais.

4. Os resultados dessas negociações constituirão protocolos adicionais ao presente Acordo ou instrumentos jurídicos específicos.

5. O Comitê Conjunto coordenará os calendários das discussões para uma maior cooperação e facilitação de investimentos e a negociação de compromissos específicos.

6. As Partes apresentarão ao Comitê Conjunto os nomes dos órgãos governamentais e de seus representantes oficiais envolvidos nessas negociações.

PARTE VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32
Emendas

1. O presente Acordo poderá ser emendado a qualquer momento, a pedido de qualquer uma das Partes. A Parte solicitante deverá apresentar seu pedido por escrito, explicando os fundamentos que justificam a alteração. A outra Parte consultará a Parte solicitante sobre a proposta de alteração e responderá ao pedido por escrito.

2. Qualquer acordo para emendar o presente Acordo, nos termos deste Artigo, deverá ser formalizado por escrito, seja em um único instrumento escrito ou por meio da troca de notas diplomáticas. Essas emendas serão vinculantes para os tribunais constituídos nos termos do Artigo 30 do presente Acordo, e qualquer decisão arbitral deverá ser coerente com todas as emendas a este Acordo.

3. As emendas entrarão em vigor de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 33.

Artigo 33
Disposições finais

1. Nem o Comitê Conjunto nem os Pontos Focais ou *Ombudspersons* substituirão ou prejudicarão, de forma alguma, qualquer outro acordo ou a via diplomática existente entre as Partes.

2. Os anexos, exceções, notas de rodapé e entendimentos deste Acordo constituem partes integrantes do mesmo.

3. Sem prejuízo de suas reuniões ordinárias, após dez (10) anos da entrada em vigor do presente Acordo, o Comitê Conjunto realizará uma revisão geral de sua implementação e formulará recomendações sobre possíveis emendas, se necessário.

4. Este Acordo entrará em vigor noventa (90) dias após a data de recebimento da segunda nota diplomática indicando que ambas as Partes concluíram todos os procedimentos internos necessários relativos à celebração e à entrada em vigor de acordos internacionais.

5. As emendas acordadas pelas Partes entrarão em vigor, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 deste Artigo, a menos que as Partes determinem outro prazo.

6. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo a qualquer momento, mediante notificação por escrito à outra Parte. O término terá efeito na data a ser acordada pelas Partes ou, se não for alcançado um acordo, trezentos e sessenta e cinco (365) dias após a data em que a notificação de término tiver sido entregue.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito na Cidade do Panamá, em 28 de janeiro, em dois originais, em português e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELA REPÚBLICA DO PANAMÁ
Mauro Vieira	**Julio Moltó**
Ministro das Relações Exteriores	Ministro de Comércio e Indústrias

ANEXO I

AGENDA PARA COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO ADICIONAL DE INVESTIMENTOS

1. Pagamentos e transferências

2. Vistos

3. Normas técnicas e ambientais

4. Gênero

5. Comércio eletrônico

6. Indicações geográficas (SIG)

7. Cooperação institucional e setorial

ANEXO II

REGRAS DE TRANSPARÊNCIA APLICÁVEIS AOS TRIBUNAIS ARBITRAIS ESTABELECIDOS DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 30 DO ACORDO

Artigo 1º
Âmbito de aplicação

1. Este Anexo aplica-se aos Tribunais Arbitrais estabelecidos em conformidade com as disposições do Artigo 30 deste Acordo.

2. O Tribunal Arbitral terá a faculdade de adaptar os requisitos de qualquer disposição específica destas Regras às circunstâncias particulares do caso, se tal adaptação for necessária para realizar a arbitragem de forma prática e for coerente com o objetivo de transparência destas Regras, desde que as Partes concordem com as alterações propostas.

3. Em caso de conflito entre uma disposição do presente Anexo e uma disposição do Acordo, esta última prevalecerá na medida do conflito.

Artigo 2º
Publicação de informação no início do procedimento arbitral

Uma vez que a Parte requerida tenha acusado o recebimento da Notificação de Arbitragem, a Parte que iniciou a arbitragem deverá disponibilizar prontamente ao público informação sobre a emissão da referida Notificação de Arbitragem e sobre as medidas que supostamente violam o Acordo.

Artigo 3º
Processo arbitral

1. O procedimento arbitral deverá respeitar o princípio da transparência, a menos que se trate de informações confidenciais ou protegidas.

2. As informações confidenciais ou protegidas consistem em:

a) informações comerciais confidenciais;

b) informações protegidas contra a divulgação ao público nos termos do Acordo;

c) informações fornecidas por uma Parte que estejam protegidas contra a divulgação pública nos termos da legislação dessa Parte;

d) informações que estejam protegidas e não devam ser de acesso público ao abrigo de qualquer lei ou norma de uma das Partes;

e) informações cuja divulgação qualquer das Partes considere contrária à sua segurança nacional ou à ordem pública; e

f) informações que comprometam a integridade do processo arbitral se forem disponibilizadas ao público.

3. Qualquer determinação sobre se a informação é pública, confidencial ou protegida deve ser feita pelo Tribunal Arbitral após consulta às Partes em litígio. Uma vez feita essa determinação, a informação que não esteja protegida nem sujeita a confidencialidade deve ser tornada pública.

4. O Tribunal Arbitral, após consulta às Partes litigantes, adotará disposições para impedir que qualquer informação confidencial ou protegida seja disponibilizada ao público, inclusive estabelecendo, conforme apropriado:

a) prazos em que uma Parte em litígio, uma Parte não envolvida no litígio no tratado ou um terceiro deverá notificar que busca proteção para tais informações contidas nos documentos;

b) procedimentos para a pronta designação e redação das informações confidenciais ou protegidas específicas contidas nesses documentos; e

c) procedimentos para a realização de audiências em caráter privado.

Artigo 4º
Publicação de documentos

1. Sujeito ao disposto no Artigo 3º, os seguintes documentos devem ser disponibilizados ao público: a notificação de arbitragem, a resposta à notificação de arbitragem, a exposição inicial, a contestação e qualquer outra exposição ou manifestação escrita adicional de qualquer uma das Partes em litígio; uma tabela que enumere todos os anexos aos documentos mencionados e aos relatórios de peritos e depoimentos de testemunhas, caso tal tabela tenha sido preparada para o procedimento, mas não os anexos em si; qualquer manifestação escrita de terceiros; transcrições das audiências, quando disponíveis; e ordens, decisões e sentenças do Tribunal Arbitral.

2. Sujeito ao disposto no Artigo 3º, os relatórios de peritos e as declarações de testemunhas, com exceção dos anexos relacionados, devem ser disponibilizados ao público mediante solicitação de qualquer pessoa ao Tribunal Arbitral.

3. Sujeito ao disposto no Artigo 3º, o Tribunal Arbitral poderá decidir, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer pessoa, e após consulta às Partes em litígio, se disponibilizará, e de que forma, os anexos e quaisquer outros documentos apresentados ao Tribunal Arbitral ou emitidos por este que não estejam abrangidos pelos parágrafos 1 ou 2 acima. Isso poderá incluir, por exemplo, a disponibilização desses documentos em um local específico.

Artigo 5º
Audiências

1. Sujeito ao disposto nos parágrafos 2 e 3 do presente Artigo, as audiências para a apresentação de provas ou para a exposição oral de argumentos ("audiências") devem ser públicas.

2. Quando for necessário proteger informações confidenciais ou a integridade do procedimento arbitral, de acordo com o Artigo 3º, o Tribunal Arbitral deverá tomar as medidas necessárias para realizar em caráter privado a parte da audiência que requeira tal proteção.

3. O Tribunal Arbitral deverá tomar as providências logísticas necessárias para facilitar o acesso do público às audiências (incluindo, quando cabível, a organização da participação por videoconferência ou outros meios que considere adequados). No entanto, o Tribunal Arbitral poderá, após consulta às Partes em litígio, decidir realizar toda ou parte da audiência em caráter privado quando isso for necessário por razões logísticas ou de segurança, como nos casos em que as circunstâncias tornem inviável qualquer arranjo originalmente previsto para o acesso público à audiência.

Artigo 6º
Publicação da Sentença Final

1. Sujeito ao disposto no Artigo 3º, a Sentença Final da arbitragem emitida pelo Tribunal Arbitral deverá ser disponibilizada ao público.

2. Caso a Sentença Final contenha informações confidenciais ou protegidas, deverá ser preparada e disponibilizada ao público uma versão editada da mesma.

ACUERDO DE COOPERACIÓN Y FACILITACIÓN DE INVERSIONES ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y LA REPÚBLICA DE PANAMÁ

La República Federativa de Brasil

y

La República de Panamá
(en adelante designadas como las "Partes" o individualmente como "Parte"),

Deseando fortalecer y potenciar los lazos de amistad y el espíritu de cooperación continua entre las Partes;

Buscando crear y mantener condiciones favorables para las inversiones de inversionistas de una Parte en el territorio de la otra Parte;

Buscando estimular, facilitar y apoyar las inversiones bilaterales, abriendo así nuevas oportunidades de integración entre las Partes;

Reconociendo el papel esencial de la inversión en la promoción del desarrollo sostenible;

Considerando que el establecimiento de una asociación estratégica entre las Partes en la esfera de las inversiones traerá consigo beneficios amplios y mutuos;

Asegurando su autonomía regulatoria y el espacio para formular políticas de cada Parte;

Deseando alentar y fortalecer los contactos entre los inversionistas y los gobiernos de ambas Partes;

Buscando crear mecanismo de diálogo técnico y fomentar iniciativas gubernamentales que puedan contribuir a un aumento significativo de la inversión mutua;

Reconociendo la importante contribución que puede aportar la inversión al desarrollo sostenible de las Partes, incluida la reducción de la pobreza y la promoción de los derechos humanos y del desarrollo humano relacionados con la inversión, al tiempo que se comprende que el desarrollo sostenible requiere el cumplimiento de sus pilares económico, social y ambiental; y

Buscando promover una perspectiva de género en las inversiones, fomentando la igualdad de derechos, trato y oportunidades entre hombres y mujeres en los negocios, la industria y el mundo del trabajo, contribuyendo aún más al crecimiento económico sostenible,

Acuerdan el siguiente Acuerdo de Cooperación y Facilitación de Inversiones, en lo sucesivo denominado "Acuerdo", en los siguientes términos:

PARTE I
DISPOSICIONES INICIALES Y DEFINICIONES GENERALES

Artículo 1
Objetivo

El objetivo de este Acuerdo es promover la cooperación entre las Partes con el fin de facilitar y promover la inversión mutua. Para alcanzar ese objetivo, este Acuerdo establece el marco institucional para la gestión de una agenda de cooperación y facilitación de las inversiones, los mecanismos para la mitigación de riesgos y prevención de conflictos, entre otros instrumentos mutuamente acordados por las Partes en el marco del Comité Conjunto.

Artículo 2
Definiciones

1. A los efectos del presente Acuerdo:

1.1 "Actividades sustanciales de negocios" significa las operaciones económicas reales y continuas de una empresa, tales como, pero no limitadas a, la producción, prestación de servicios, gestión administrativa, generación de empleo, desarrollo tecnológico, actividades comerciales efectivas o cualquier otra que contenga un factor o elemento que denote establecimiento y operación lo suficientemente significativos para demostrar una presencia empresarial auténtica y no meramente formal.

1.2 "Empresa" significa cualquier entidad constituida u organizada de conformidad con la legislación de una Parte, tenga o no fines de lucro, sea de propiedad privada o estatal y que tenga su domicilio, así como actividades sustanciales de negocios, en el territorio de dicha Parte.

1.3 "Entrada y estancia temporal" significa la entrada y la estancia en el territorio de una Parte por una persona natural de la otra Parte que no tiene la intención de establecer residencia permanente.

1.4 "Estado Anfitrión" significa la Parte en la que se realiza la inversión.

1.5 "Información confidencial" significa toda información comercial reservada, tales como información financiera o técnica cuya divulgación pueda resultar en pérdidas o ganancias materiales o perjuicios a posiciones competitivas, y se incluye información que sea reservada o esté protegida de otra manera contra la divulgación, de conformidad con la legislación de una Parte.

1.6 "Inversión" significa todo activo de propiedad de un inversionista de una Parte, establecida o adquirida de conformidad con las leyes y reglamentos de la otra Parte, que tenga las características de una inversión y que, directa o indirectamente, permita al inversionista ejercer control o un grado significativo de influencia sobre la gestión de la producción de bienes o prestación de servicios en el territorio de la otra Parte, incluyendo el compromiso de capital, el objetivo de establecer un interés duradero, la expectativa de ganancia o utilidad o el asumir los riesgos. Las formas que puede adoptar una inversión incluyen, pero no están limitadas a:

a) acciones, cuotas, participaciones y otros tipos de capital en una empresa;

b) bienes muebles o inmuebles y otros derechos de propiedad tales como hipotecas, prendas, garantías, gravámenes u otros derechos y obligaciones similares;

c) los derechos de exploración, explotación y uso conferidos por una licencia, permiso o concesión otorgados y regidos por la legislación del Estado Anfitrión y/o por un contrato[1];

d) derechos derivados de contratos, incluidos los contratos "llave en mano" o "turn-key", de construcción, producción, gestión, concesión u otros contratos;

e) préstamos a una empresa e instrumentos de deuda de una empresa, cuando la fecha de vencimiento original del instrumento de deuda sea por lo menos de tres (3) años; y

f) los derechos de propiedad intelectual, tal como se definen o a los que se hace referencia en el Acuerdo sobre los ADPIC.

A los efectos de este Acuerdo y para mayor certeza, "Inversión" no incluye:

a) una orden o sentencia dictada en cualquier procedimiento judicial, arbitral o administrativo;

b) títulos de deuda emitidos por una Parte o préstamos otorgados por una Parte a la otra Parte, bonos, obligaciones, préstamos u otros instrumentos de deuda de una empresa estatal de una Parte que se considere deuda pública bajo la legislación de esa Parte;

c) inversiones de cartera, es decir, aquellas que no permiten al inversionista ejercer control o un grado significativo de influencia en la gestión de la empresa;

d) los derechos de crédito derivados exclusivamente de contratos comerciales para la venta de bienes o servicios por un inversionista en el territorio de una Parte a un nacional o una empresa en el territorio de la otra Parte, o la concesión de crédito en el marco de una transacción comercial; o cualquier otra reclamación monetaria que no implique el tipo de intereses establecidos en los subpárrafos (a) a (f) supra; y

e) derechos derivados de cualquier gasto u otras obligaciones financieras incurridas por el inversionista antes del establecimiento de la inversión, incluso para cumplir con las normas de admisión de capital extranjero u otros límites o condiciones específicos, de conformidad con la legislación sobre la admisión de inversiones del Estado Anfitrión.

---

[1] El hecho de que un tipo de licencia, autorización, permiso o instrumento similar (incluida una concesión, en la medida que ésta tenga la naturaleza de este tipo de instrumento), tenga las características de una inversión depende de factores tales como la naturaleza, desembolsos de capital y el alcance de los derechos del tenedor de conformidad con la legislación de la Parte. Entre las licencias, autorizaciones, permisos o instrumentos similares que no tienen las características de una inversión, están aquellos que no generan derechos protegidos, conforme a la legislación interna. Para mayor certeza, lo anterior es sin perjuicio que un activo asociado con dicha licencia, autorización, permiso o instrumento similar tenga las características de una inversión.

1.7 "Inversionista" significa una persona natural o empresa de una Parte que ha realizado una inversión en el territorio de la otra Parte.

1.8 "Medida" significa ley, reglamento, norma, procedimiento, resolución administrativa o cualquier otro instrumento adoptado por una Parte.

1.9 "Persona natural" significa un nacional o residente permanente de una Parte de acuerdo con su legislación[2].

1.10 "Rendimientos" significa los valores obtenidos por una inversión, incluyendo el lucro, intereses, ganancias de capital, dividendos, "royalties" y honorarios.

1.11 "Territorio" significa:

a) Con respecto a la República Federativa de Brasil, el territorio, incluidos sus espacios terrestres y aéreos, la zona económica exclusiva, el mar territorial, la plataforma continental, el suelo y el subsuelo sobre los cuales la Parte ejerce sus derechos de soberanía o jurisdicción, de conformidad con el derecho internacional y con su legislación interna.

b) Con respecto a la República de Panamá, comprende el espacio terrestre, marítimo y aéreo bajo su soberanía, así como su zona económica exclusiva y su plataforma continental, sobre los cuales ejerce derechos soberanos y jurisdicción, conforme al Derecho Internacional y a su Derecho Interno.

Artículo 3
Alcance y cobertura

1. El presente Acuerdo se aplica a todas las medidas adoptadas o mantenidas por una Parte con respecto a las inversiones de inversionistas de la otra Parte en su territorio, existentes en la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo o establecidas, adquiridas y ampliadas posteriormente, que hayan sido admitidas por una Parte de conformidad con lo regulado en su legislación y políticas nacionales, según corresponda en cada momento.

2. Las disposiciones de este Acuerdo no se aplicarán a las inversiones cubiertas respecto de medidas existentes antes de la fecha de entrada en vigor del presente Acuerdo. Esto no impide que las Partes discutan temas de interés mutuo relativos a dichas medidas en el Comité Conjunto establecido en este instrumento.

3. Este Acuerdo no limitará los derechos y beneficios de los que goza un inversionista de una Parte en virtud de la legislación nacional o internacional en el territorio de la otra Parte.

4. Para mayor certeza, las Partes reafirman que el presente Acuerdo se aplicará sin perjuicio de los derechos y obligaciones derivados de los Acuerdos de la Organización Mundial del Comercio.

5. Lo dispuesto en este Acuerdo no impedirá la adopción e implementación de nuevos requisitos legales o restricciones a los inversionistas y sus inversiones, siempre que sean consistentes con este Acuerdo.

---

[2] Si una Parte concede a sus residentes permanentes un trato sustancialmente idéntico al que concede a las personas naturales que tienen la nacionalidad de esa Parte, sus residentes permanentes estarán incluidos en la definición de personas naturales.

6. El presente Acuerdo no se aplicará a:

a) la emisión de licencias obligatorias concedidas en relación con los derechos de propiedad intelectual de conformidad con el Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio de la Organización Mundial del Comercio (Acuerdo sobre los ADPIC); o a la revocación, limitación o creación de derechos de propiedad intelectual, en la medida en que la emisión, revocación, limitación o creación sea compatible con el Acuerdo sobre los ADPIC;

b) compras gubernamentales por una Parte;

c) subsidios o concesiones proporcionados por una Parte, incluyendo préstamos, garantías y seguros con apoyo gubernamental en el marco de programas nacionales de desarrollo y para la asistencia a grupos vulnerables;

d) medidas tributarias, salvo en conformidad con lo dispuesto en el Artículo 10; y

e) cualesquiera ventajas especiales concedidas en la Parte Anfitriona por las instituciones financieras con fines de asistencia para el desarrollo o para el desarrollo de pequeñas y medianas empresas o nuevas industrias.

7. El presente Acuerdo no podrá ser invocado para cuestionar algún litigio resuelto por el agotamiento de los recursos internos, donde hay protección de cosa juzgada o reclamación relativa a una inversión que se haya resuelto antes de la entrada en vigor del Acuerdo.

Artículo 4
Entrada y estancia temporal de inversionistas

1. Cada Parte publicará prontamente, preferentemente en línea, información sobre los requisitos y procedimientos actuales para la entrada y estancia temporal de inversionistas, incluidos, cuando proceda, materiales explicativos, formularios, tasas y documentos pertinentes, de manera que permita a las personas interesadas de la otra Parte tener conocimiento de esos requisitos y procedimientos aplicables. Dicha información se mantendrá actualizada.

2. Este Artículo se aplicará a las medidas que afecten la entrada y estancia temporal de inversionistas de una Parte que realicen actividades de inversión y no se aplicará a las medidas de una Parte relacionadas con la entrada o estancia temporal de personas naturales en su territorio.

3. Este Artículo no se aplicará a las medidas que afecten a los nacionales de una Parte que deseen acceder al mercado laboral de la otra Parte, ni se aplicará a las medidas relativas a la nacionalidad, la ciudadanía, la residencia o el empleo de carácter permanente.

PARTE II
MEDIDAS REGULATORIAS Y DE MITIGACIÓN DE RIESGOS

Artículo 5
Admisión y tratamiento

1. Cada Parte tratará a los inversionistas de la otra Parte y sus inversiones de conformidad con su ordenamiento jurídico aplicable y con el presente Acuerdo.

2. De conformidad con los principios de este Acuerdo, cada Parte se asegurará de que todas las medidas que afecten la inversión sean administradas de manera objetiva e imparcial, de conformidad con el debido proceso legal y su respectiva legislación.

3. Para mayor certeza, las normas de "trato justo y equitativo" y "protección y seguridad plenas" no están cubiertas por este Acuerdo y no se utilizarán como normas interpretativas en los procedimientos de solución de controversias en materia de inversiones.

Artículo 6
Trato nacional

1. Sin perjuicio de las medidas vigentes al amparo de su legislación en la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo, cada Parte otorgará a los inversionistas de la otra Parte un trato no menos favorable que el que otorgue, en circunstancias similares, a sus propios inversionistas con respecto al establecimiento, adquisición, expansión, administración, conducción, operación, venta u otra disposición de las inversiones en su territorio.

2. Sin perjuicio de las medidas vigentes al amparo de su legislación en la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo, cada Parte otorgará a las inversiones de los inversionistas de la otra Parte un trato no menos favorable que el que otorgue, en circunstancias similares, a las inversiones en su territorio de sus propios inversionistas con respecto al establecimiento, adquisición, expansión, administración, conducción, operación, venta u otra disposición de las inversiones.

3. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir que una Parte adopte nuevos requisitos que afecten a los inversionistas de la otra Parte, siempre que dichos requisitos no sean discriminatorios y estén en conformidad con este Acuerdo.

4. Para mayor certeza, el trato a ser acordado en "circunstancias similares" depende de la totalidad de las circunstancias, incluido si el trato pertinente distingue entre inversionistas o inversiones sobre la base de objetivos legítimos de interés público.

5. Para mayor certeza, este Artículo no se interpretará en el sentido de obligar a una Parte a compensar las desventajas competitivas inherentes que resulten del carácter extranjero del inversionista o de las inversiones.

Artículo 7
Expropiación directa

1. Al determinar el monto de la indemnización en caso de expropiación, la autoridad competente de cada Parte deberá seguir las disposiciones de este Artículo, sin perjuicio de sus leyes y reglamentos.

2. Las Partes no nacionalizarán ni expropiarán inversiones de inversionistas de la otra Parte, excepto cuando sea:

a) para un propósito de utilidad o necesidad pública o de interés social;

b) de forma no discriminatoria;

c) sobre el pago de una indemnización efectiva, de conformidad con lo dispuesto en este Artículo[3]; y

d) de conformidad con el debido proceso legal.

3. La indemnización deberá:

a) ser pagada sin demora indebida, de conformidad con el ordenamiento jurídico del Estado anfitrión;

b) ser equivalente al valor justo de mercado de la inversión expropiada, inmediatamente antes de que la expropiación fuera efectiva o antes de que la inminencia de la misma fuera de conocimiento público, lo que suceda primero, en adelante denominada "fecha de valoración"; y

c) ser plenamente exigible y libremente transferible, de conformidad con el Artículo sobre transferencias.

4. Para determinar el valor justo de mercado, los criterios de valoración podrán incluir el valor de la empresa en funciones, el capital invertido, el valor de los activos, incluido el valor fiscal declarado de los bienes corporales, entendiéndose que los criterios enunciados son meramente orientativos y no excluyen otros que puedan resultar pertinentes.

5. La indemnización será pagada en la moneda de uso del Estado Anfitrión y no será inferior al valor justo de mercado en la fecha de valoración, más los intereses fijados con base en criterios de mercado, acumulados desde la fecha de valoración hasta la fecha del pago, de conformidad con la legislación del Estado Anfitrión[4].

6. Para mayor certeza, este Acuerdo se aplica únicamente a la expropiación directa, que ocurre cuando una inversión es nacionalizada o de otro modo expropiada directamente mediante la transferencia formal de la titularidad o los derechos de propiedad, y no se aplica a la expropiación indirecta.

7. Las Partes cooperarán para mejorar el conocimiento de sus respectivas legislaciones nacionales en materia de expropiación de la inversión.

---

[3] Para mayor certeza, la indemnización no será aplicada cuando la expropiación de bienes muebles e inmuebles resulte de actividades ilegales debidamente comprobadas de conformidad con el ordenamiento jurídico de las Partes. Dicha expropiación no será objeto de proceso de solución de controversias.

[4] De conformidad con las leyes y reglamentos de las Partes, la indemnización por la expropiación de bienes que no cumplan su función social podrá ser realizada en forma de bonos de la deuda pública. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo dará lugar a la interpretación de que dicha forma de compensación es incompatible con este Acuerdo.

Artículo 8
Compensación por pérdidas

Los inversionistas de una Parte cuyas inversiones en el territorio de la otra Parte sufran pérdidas debidas a conflicto armado internacional o interno, revolución, estado de emergencia nacional o insurrección recibirán de esta última Parte, un trato en cuanto a restitución, indemnización u otra forma de compensación no menos favorable que el que otorgue a sus inversionistas o a los inversionistas de un tercer Estado.

Artículo 9
Transferencias

1. Cada Parte permitirá que la transferencia, desde su territorio hacia el exterior y desde el exterior hacia su territorio, de recursos relacionados con una inversión se realicen previo cumplimiento de los requisitos exigidos por su ordenamiento jurídico y sin demora indebida. Las transferencias se efectuarán en una moneda de libre convertibilidad al tipo de cambio vigente en el mercado a la fecha de la transferencia, una vez cubiertas las tasas e impuestos de ley. Estas transferencias incluyen:

a) la contribución inicial de capital o cualquier adición de la misma en relación con el mantenimiento o la expansión de la inversión;

b) los rendimientos directamente relacionados con la inversión;

c) los ingresos resultantes de la venta o la liquidación total o parcial de la inversión;

d) los salarios y demás remuneraciones percibidas por el personal contratado en el exterior en relación con una inversión;

e) los reembolsos de cualquier préstamo, incluidos los intereses correspondientes, directamente relacionados con la inversión;

f) el importe de la indemnización, en caso de expropiación, compensación por pérdidas o el uso temporal de la inversión de un inversionista de la otra Parte por la Autoridad del Estado anfitrión; y

g) el valor de los ingresos de la venta de los bonos de la deuda pública en el mercado, cuando la indemnización sea pagada con dichos bonos.

2. Sin perjuicio de lo dispuesto en el párrafo 1 del presente Artículo, una Parte podrá, de manera no discriminatoria y de buena fe, impedir una transferencia si dicha transferencia se impide en virtud de sus leyes relativas a:

a) la quiebra, la insolvencia o la protección de los derechos de los acreedores;

b) infracciones penales;

c) informes financieros o conservación de registros de transferencias, cuando sea necesario para colaborar con autoridades policiales o con organismos reguladores financieros; o

d) la garantía de la ejecución de las decisiones, sentencias o laudos en los procedimientos judiciales o administrativos.

3. Nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir que una Parte adopte o mantenga medidas restrictivas temporales con respecto a pagos o transferencias relacionadas con transacciones corrientes, en caso de dificultades graves de balanza de pagos o de dificultades financieras externas, o de amenaza de que estas ocurran.

4. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir que una Parte adopte o mantenga medidas restrictivas temporales con respecto a pagos o transferencias relacionadas con movimientos de capital:

a) en caso de graves dificultades de balanza de pagos o de dificultades financieras externas, o de amenaza de que estas ocurran; o

b) cuando, en circunstancias excepcionales, los pagos o transferencias relativas a movimientos de capital generen o amenacen con generar graves dificultades para la gestión macroeconómica.

5. La adopción de medidas restrictivas temporales a las transferencias, si existen graves dificultades en la balanza de pagos en los casos descritos en los párrafos 3 y 4 del presente Artículo, debe ser no discriminatoria y de conformidad con los Artículos del Convenio Constitutivo del Fondo Monetario Internacional.

Artículo 10
Medidas tributarias

1. Nada en el presente Acuerdo afectará los derechos y obligaciones de las Partes bajo cualquier normativa tributaria. En el evento de cualquier conflicto entre las disposiciones de este Acuerdo y cualquier tipo de normativa tributaria, las disposiciones de la normativa tributaria prevalecerán.

2. Ninguna disposición del presente Acuerdo se interpretará como una obligación de una Parte para dar a un inversionista de la otra Parte, en relación con sus inversiones, el beneficio de cualquier tratamiento, preferencia o privilegio resultante de un acuerdo para evitar la doble imposición, actual o futura, del cual una de las Partes de este Acuerdo sea parte o se convierta en una parte.

3. Ninguna disposición del presente Acuerdo se interpretará de manera que se evite la adopción o ejecución de cualquier medida destinada a garantizar la imposición o recaudación equitativa o efectiva de impuestos conforme a lo dispuesto en la legislación de las Partes, siempre y cuando esa medida no se aplique de manera que constituya un medio de discriminación arbitrario o injustificable o una restricción encubierta.

Artículo 11
Medidas prudenciales

1. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir a una Parte adoptar o mantener medidas prudenciales, tales como:

a) la protección de inversionistas, depositantes, participantes en el mercado financiero, tomadores de pólizas, beneficiarios de pólizas, o personas a las que una institución financiera tenga una obligación fiduciaria;

b) el mantenimiento de la seguridad, solidez, solvencia, integridad o responsabilidad financiera de las instituciones financieras; y

c) la garantía de la integridad y estabilidad del sistema financiero de una Parte.

2. Cuando tales medidas no se ajusten a las disposiciones del presente Acuerdo, no se utilizarán como medio para eludir los compromisos u obligaciones de la Parte en virtud del presente Acuerdo.

PARTE III
DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LAS PARTES Y SUS INVERSIONISTAS

Artículo 12
Derecho a regular

1. A los efectos de este Acuerdo, las Partes reafirman el derecho de cada Parte a regular dentro de su territorio para lograr objetivos legítimos de política, tales como en materia de seguridad nacional, trabajo, derechos indígenas, salud, ambiente, seguridad, igualdad de género, protección social o del consumidor y de diversidad cultural. A efecto de lo anterior, las Partes no renunciarán a, o dejarán sin efecto de ninguna manera, tales medidas o normas como estímulo para el establecimiento, la adquisición o la expansión en su territorio de inversiones por un inversionista de la otra Parte.

2. Para mayor certeza, el mero hecho de que una Parte tome o no tome una acción que pueda ser inconsistente con las expectativas de un inversionista no constituye un incumplimiento de este Acuerdo, incluso si hay pérdida o daño a la inversión como resultado.

Artículo 13
Cumplimiento del derecho interno

Las Partes reafirman y reconocen que:

a) los inversionistas y sus inversiones deberán cumplir con todas las leyes, reglamentos, directrices administrativas y políticas de una Parte en relación con el establecimiento, adquisición, gestión, operación y disposición de las inversiones;

b) los inversionistas y sus inversiones no deberán, antes o después del establecimiento de una inversión, ofrecer, prometer o dar ninguna ventaja pecuniaria indebida, gratificación o regalo de cualquier naturaleza, ya sea directa o indirectamente, a un servidor público o funcionario de una Parte como incentivo o recompensa por realizar o abstenerse de cualquier acto oficial, obtener o mantener otra ventaja indebida, ni serán cómplices en incitar, ayudar, instigar o conspirar para cometer tales actos; y

c) un inversionista deberá proporcionar, de manera exhaustiva y precisa, la información que las Partes requieran, en virtud de la legislación aplicable, con respecto a una inversión y al histórico y prácticas corporativas del inversionista,

a fines de la toma de decisiones gubernamentales en relación con esa inversión o únicamente con fines estadísticos.

Artículo 14
Transparencia de las medidas de inversión

1. Cada Parte publicará[5] o pondrá prontamente a disposición del público y, salvo en situaciones de emergencia, a más tardar en el momento de su entrada en vigor, todas las medidas relevantes de aplicación general relacionadas a cuestiones que entren en el ámbito de aplicación de este Acuerdo, de tal manera que permita a los inversionistas, otras personas interesadas y otras Partes familiarizarse con ellos. Cada Parte publicará, a más tardar en el momento de su entrada en vigor para la Parte, los acuerdos internacionales de los que sean parte signataria y que afecten a las inversiones.

2. Cada Parte hará todo lo posible para conceder un plazo razonable entre la publicación del texto de una ley o reglamento referido en el Artículo 13 y la fecha en que los inversionistas deban cumplir con dicha ley o reglamento.

3. En la publicación de una nueva ley o reglamento a que se refiere el Artículo 13, o de sus modificaciones, o antes de dicha publicación, en la medida de lo posible y de manera consistente con su ordenamiento jurídico para la adopción de medidas, una Parte procurará explicar el propósito y la justificación de la ley o reglamento.

4. Cada Parte pondrá a disposición, por medios electrónicos, información de importancia para los inversionistas, y mantendrá la información actualizada, según corresponda. Dicha información incluye:

a) las leyes y reglamentos que se refieran específicamente a la inversión extranjera directa, cuando existan;

b) información sobre los sectores abiertos, restringidos o prohibidos a la inversión extranjera directa;

c) cuando sea posible, información sobre las etapas prácticas relevantes para invertir en su territorio. Esta información debe abarcar, entre otras cosas, los requisitos y procedimientos, cuando existan, relativos a:

i) establecimiento de empresas y registro de negocios;

ii) conexión a la infraestructura esencial;

iii) adquisición y registro de propiedades;

iv) permisos de construcción;

v) transferencias de capital y pagos;

vi) el pago de impuestos;

vii) incentivos públicos a disposición de los inversionistas; y

---

[5] A los efectos de esas disciplinas, "publicar" significa incluir en una publicación oficial, como un diario oficial, o en un sitio web oficial.

viii) resolución de insolvencia; y

d) información de contacto de las autoridades competentes relevantes.

5. Si una Parte adopta o mantiene medidas de aplicación general para facilitar la inversión extranjera directa, se le alienta a publicarlas o ponerlas a disposición del público, incluso a través de medios electrónicos.

6. No se impondrán tasas a ningún inversionista o persona que busque invertir en el territorio de una Parte para acceder a las medidas o información proporcionada bajo este Artículo.

Artículo 15
Principios generales para los procedimientos de autorización

1. Cada Parte deberá asegurar que los procedimientos de autorización que adopte o mantenga no compliquen o retrasen indebidamente las actividades de inversión.

2. Si una Parte adopta o mantiene medidas relacionadas con la autorización para una inversión, la Parte se asegurará de que:

a) dichas medidas se basen en criterios objetivos y transparentes[6];

b) esas medidas no discriminen entre hombres y mujeres;

c) los procedimientos sean imparciales y adecuados para que los solicitantes demuestren si cumplen los requisitos, cuando existan tales requisitos; y

d) los procedimientos no impiden por sí mismos injustificadamente el cumplimiento de los requisitos.

3. La evaluación por las autoridades competentes relevantes de una Parte de una solicitud de autorización se hará sobre la base de criterios establecidos en una medida de conformidad con su ordenamiento jurídico.

Artículo 16
Procedimientos de autorización

1. Si una Parte requiere autorización para una inversión, debe asegurarse de que sus autoridades competentes:

a) permitan, en la medida de lo posible, la presentación de una solicitud en cualquier momento del año.[7] Si existe un plazo específico para solicitar una autorización, la Parte se asegurará de que las autoridades competentes permitan un plazo razonable para la presentación de una solicitud;

---

[6] Tales criterios podrán incluir, entre otras cosas, la competencia y la capacidad para realizar una actividad de inversión, incluyendo hacerlo de manera consistente con los requisitos reglamentarios de una Parte, tales como los requisitos sanitarios y ambientales. Las autoridades competentes podrán evaluar la ponderación que deba atribuirse a cada criterio.

[7] Las autoridades competentes no están obligadas a comenzar a examinar las solicitudes fuera de sus horas de trabajo y días laborables oficiales.

b) acepten copias de documentos autenticados de conformidad con las leyes y reglamentos de la otra Parte, en lugar de documentos originales, a menos que las autoridades competentes requieran documentos originales para proteger la integridad del proceso de autorización;

c) cuando una autoridad competente de una Parte exija y mantenga documentos originales, cualquier otra autoridad competente de dicha Parte deberá, en la medida en que sea compatible con las leyes y reglamentos de la Parte, aceptar una copia autenticada presentada por el solicitante o, en su caso, una copia proporcionada por la autoridad que posea el original;

d) en la medida de lo posible, proporcionen un plazo indicativo para la tramitación de una solicitud;

e) a petición del solicitante, faciliten sin demora información sobre el estado de la solicitud;

f) en la medida de lo posible, verifiquen sin demora injustificada la conformidad de una solicitud de tratamiento con las leyes y reglamentos de la Parte;

g) si consideran que una solicitud está conforme para su tramitación de acuerdo a las leyes y reglamentos de la Parte[8], dentro de un plazo razonable después de la presentación de la solicitud, se asegurarán de que:

   i) la tramitación de la solicitud es finalizada; y

   ii) se informe al solicitante de la decisión relativa a la solicitud[9], en la medida de lo posible por escrito[10];

h) si consideran que una solicitud está incompleta para su procesamiento conforme a las leyes y regulaciones de la Parte, dentro de un período de tiempo razonable después de la presentación de la solicitud, en la medida de lo posible:

   i) informen al solicitante de que la solicitud está incompleta;

   ii) a petición del solicitante, identifiquen la información adicional necesaria para completar la solicitud, o proporcionen orientación sobre por qué la solicitud se considera incompleta; y

   iii) proporcionen al solicitante la oportunidad[11] de suministrar la información adicional que se requiere para completar la solicitud; no obstante, si ninguna de las opciones anteriores fuera viable y la solicitud fuera rechazada por estar incompleta, asegúrense de que el solicitante sea informado dentro de un plazo razonable después de la decisión de rechazo; y

---

[8] Las autoridades competentes podrán exigir que toda la información se presente en un formato especificado para considerarla "completa para su tratamiento".

[9] Las autoridades competentes podrán cumplir este requisito informando previamente por escrito al solicitante, incluso a través de una medida publicada, de que la falta de respuesta transcurrido un plazo determinado, a partir de la fecha de presentación de la solicitud, indica la aceptación o el rechazo de la solicitud.

[10] "Por escrito" puede incluirse en forma electrónica.

[11] Esta oportunidad no requiere que una autoridad competente prorrogue los plazos.

i) si se rechaza una solicitud, en la medida de lo posible, ya sea por iniciativa propia o a petición del solicitante, informarle por escrito de los motivos del rechazo y, en su caso, de los procedimientos para volver a presentar una solicitud. No debe impedirse que un solicitante presente otra solicitud [12] únicamente sobre la base de una solicitud previamente rechazada.

2. Las autoridades competentes de una Parte garantizarán que la autorización, una vez concedida, entre en vigor sin demoras injustificadas, sujeto a los términos y condiciones aplicables.[13]

3. Cada Parte deberá, en la medida de lo posible, evitar exigir que un solicitante tenga que dirigirse a más de una autoridad competente por cada solicitud de autorización. Si una inversión se encuentra bajo la jurisdicción de varias autoridades competentes, podrán ser necesarias múltiples solicitudes de autorización. En tales casos, en la medida de lo posible y de conformidad con su ordenamiento jurídico, se alienta a cada Parte a utilizar un punto único de entrada para dichas solicitudes.

4. Cada Parte se asegurará de que las tasas de autorización [14] cobradas por sus autoridades competentes, cuando existan, sean razonables, transparentes, basadas en la autoridad establecida en una medida y no restrinjan, por sí mismas, las actividades de inversión de los inversionistas de otra Parte.

5. Cada Parte concederá, en la medida de lo posible, un período de tiempo adecuado entre la publicación de las tasas de autorización nuevas o modificadas y su entrada en vigor, excepto en circunstancias urgentes. Estas tasas no se aplicarán hasta que se haya publicado la información sobre ellas.

PARTE IV
INVERSIÓN SOSTENIBLE

Artículo 17
Conducta Empresarial Responsable

1. Los inversionistas y sus inversiones se esforzarán por lograr el más alto nivel posible de contribución al desarrollo sostenible del Estado Anfitrión y la comunidad local, a través de la adopción de un alto grado de prácticas socialmente responsables, sobre la base de los principios y normas voluntarias establecidas en el presente Artículo.

2. Las Partes desarrollarán sus mejores esfuerzos para alentar a que a los inversionistas y sus inversiones cumplan con los siguientes principios y normas voluntarias para una Conducta Empresarial Responsable y coherente con las leyes adoptadas por el Estado Anfitrión receptor de la inversión:

a) contribuir al progreso económico, social y ambiental, con el objetivo de alcanzar el desarrollo sostenible;

b) respetar los derechos humanos internacionalmente reconocidos de las personas que participan en las actividades de los inversionistas;

---

[12] Las autoridades competentes podrán exigir que se revise el contenido de dicha solicitud.
[13] Las autoridades competentes no son responsables de los retrasos debidos a razones ajenas a su competencia.
[14] A los efectos del presente Acuerdo, las tasas de autorización no incluyen tasas por el uso de recursos naturales, regalías, pagos en el marco de subastas, concursos u otros medios no discriminatorios de concesión, ni contribuciones obligatorias para la prestación del servicio universal.

c) estimular la creación de capacidad local mediante una estrecha cooperación con la comunidad local;

d) fomentar la creación de capital humano, especialmente creando oportunidades de empleo y ofreciendo formación profesional a los trabajadores;

e) abstenerse de buscar, solicitar o aceptar exenciones no contempladas en el marco legal o regulatorio, relacionadas con los derechos humanos, el medio ambiente, la salud, la seguridad, el trabajo, el sistema tributario, los incentivos financieros u otras cuestiones;

f) apoyar y promover los principios de buen gobierno corporativo, y desarrollar y aplicar buenas prácticas de gobernanza corporativa;

g) desarrollar e implementar prácticas de autorregulación y sistemas de gestión eficaces que fomenten una relación de confianza mutua entre los inversionistas y las sociedades en las que se ejercen sus actividades;

h) promover el conocimiento y el cumplimiento, por parte de los trabajadores, de las políticas de la empresa mediante su adecuada difusión, incluso a través de programas de capacitación;

i) abstenerse de adoptar medidas discriminatorias o disciplinarias contra los trabajadores que presenten informes al consejo, juntas directivas o a las autoridades públicas competentes, según proceda, sobre prácticas que violen la ley o la política corporativa;

j) fomentar, en la medida de lo posible, que sus socios, incluidos los prestadores de servicios y contratistas, apliquen principios de conducta empresarial compatibles con los principios previstos en el presente Artículo; y

k) abstenerse de cualquier injerencia indebida en las actividades políticas locales.

Artículo 18
Inversión y género

1. Las Partes reconocen que las políticas de inversión inclusivas contribuyen al avance de la autonomía económica de las mujeres y a la igualdad de género, de conformidad con el Objetivo de Desarrollo Sostenible 5 de la Agenda 2030. Las Partes reafirman su compromiso de adoptar, mantener e implementar de manera efectiva sus leyes, reglamentos, políticas y buenas prácticas relacionadas con la igualdad de género.

2. Cada Parte deberá mantener políticas y medidas para promover el acceso de las mujeres a las oportunidades y eliminar los obstáculos en sus países, mejorando su participación en la economía nacional e internacional y contribuyendo al desarrollo económico sostenible.

3. Cada Parte deberá promover internamente el conocimiento público de sus leyes, reglamentos, políticas y prácticas en materia de igualdad de género.

4. Las Partes reconocen que no es apropiado renunciar ni derogar de ninguna manera la protección ofrecida por sus respectivas leyes y reglamentos en materia de igualdad de género,

de forma que debilite o reduzca las protecciones garantizadas por dichas leyes y reglamentos, con el objetivo de incentivar inversiones.

Artículo 19
Medidas de inversión y lucha contra la corrupción y la ilegalidad

1. Cada Parte mantendrá medidas para prevenir y combatir la corrupción, el blanqueo de capitales y el financiamiento del terrorismo con respecto a los asuntos cubiertos por este Acuerdo, de conformidad con sus leyes y reglamentos.

2. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo exigirá a ninguna Parte que proteja las inversiones realizadas con capital o activos de origen ilícito o las inversiones en cuyo establecimiento u operación se haya demostrado que se han producido actos ilegales y para las cuales la legislación nacional prevea la confiscación de activos.

3. Los inversionistas y sus inversiones no deberán, antes o después del establecimiento de una inversión, ofrecer, prometer ni conceder ninguna ventaja pecuniaria indebida ni otra ventaja, ya sea directamente o por medio de intermediarios, a un funcionario público del Estado Anfitrión, a un miembro de la familia de dicho funcionario, a un socio comercial o a cualquier persona cercana al funcionario, en beneficio de dicho funcionario o de terceros, con el objetivo de que el funcionario o tercero actúe o se abstenga de actuar en relación con el ejercicio de sus funciones oficiales, a fin de obtener cualquier favor en relación con una inversión propuesta o con licencias, permisos, contratos u otros derechos relacionados con una inversión.

4. Los inversionistas y sus inversiones no deberán ser cómplices de ningún acto descrito en el párrafo 1 anterior, incluyendo la instigación, ayuda, complicidad, conspiración para cometer o autorización de dichos actos.

5. Los inversionistas y sus inversiones deberán cumplir con las disposiciones de la ley de las Partes relativas a la tributación, incluido el pago puntual de sus obligaciones tributarias.

6. Se considerará que la infracción del presente Artículo por un inversionista o una inversión constituye una infracción del derecho interno del Estado Anfitrión relativo al establecimiento y funcionamiento de una inversión.

Artículo 20
Disposiciones sobre inversión y medio ambiente, asuntos laborales y salud

1. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir que una Parte adopte, mantenga o aplique cualquier medida que considere apropiada para asegurar que la actividad de inversión en su territorio se realice de manera acorde con la legislación laboral, ambiental y sanitaria de esa Parte, siempre y cuando esta medida no se aplique de manera que constituya un medio de discriminación arbitraria o injustificable o una restricción encubierta.

2. Las Partes reconocen que no es apropiado incentivar la inversión mediante la reducción de los requisitos de su legislación laboral, ambiental o de salud. Por lo tanto, cada Parte asegurará que no se modificará, ni derogará, ni ofrecerá la modificación o derogación de esta legislación con el fin de incentivar el establecimiento, la manutención o la expansión de una inversión en su territorio, en la medida en que tal modificación o derogación implique una disminución de sus exigencias o estándares laborales, ambientales o de salud. Si una de las Partes considera que la otra Parte ha ofrecido dicho incentivo, las Partes abordarán la cuestión mediante consultas.

PARTE V
EXCEPCIONES

Artículo 21
Excepciones generales

Sujeto al requisito de que dichas medidas no se apliquen de manera que constituyan un medio de discriminación arbitraria o injustificada contra la otra Parte o sus inversionistas en condiciones equivalentes, o una restricción encubierta a las inversiones de los inversionistas de la otra Parte en el territorio de una Parte, nada de lo dispuesto en el presente Acuerdo se interpretará como un impedimento para la adopción o aplicación, por parte de una Parte, de medidas:

a) necesarias para proteger la moral pública o para mantener el orden público[15];

b) necesarias para proteger la vida o la salud de las personas, los animales o los vegetales;

c) necesarias para asegurar el cumplimiento de las leyes o reglamentos que no sean incompatibles con las disposiciones de este Acuerdo, incluidas las relativas a:

   i) la prevención de prácticas engañosas y fraudulentas o para hacer frente a los efectos de un incumplimiento en un contrato;

   ii) la protección de la privacidad de las personas en relación con el tratamiento y la difusión de datos personales y la protección de la confidencialidad de los registros y cuentas individuales; y

   iii) seguridad; y

d) relativas a la conservación de los recursos naturales agotables, si esas medidas se aplican conjuntamente con restricciones a la producción o el consumo internos.

Artículo 22
Excepciones de seguridad

Nada en este Acuerdo se interpretará en el sentido de:

a) exigir a una Parte que proporcione cualquier información cuya divulgación se considere contraria a sus intereses esenciales de seguridad;

b) impedir que una Parte adopte las medidas que considere necesarias para proteger sus intereses esenciales de seguridad, tales como las relativas a:

   i) los materiales fisionables o de fusión, o los destinados a su fabricación;

   ii) el tráfico de armas, municiones e instrumentos de guerra, u otros bienes y materiales relacionados, o relacionados con la prestación de servicios

---

[15] La excepción de orden público sólo puede invocarse cuando se plantee una amenaza auténtica y suficientemente grave a uno de los intereses fundamentales de la sociedad.

destinados directa o indirectamente al abastecimiento de establecimientos militares; y

iii) las adoptadas en tiempos de guerra u otras situaciones de emergencia en las relaciones internacionales; y

c) impedir que una Parte adopte medidas encaminadas a cumplir las obligaciones que le incumben en virtud de la Carta de las Naciones Unidas en materia de mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.

PARTE VI
GOBERNANZA INSTITUCIONAL Y PREVENCIÓN Y SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Artículo 23
Comité Conjunto para la administración del Acuerdo

1. A los efectos del presente Acuerdo, las Partes establecen un Comité Conjunto para la administración del Acuerdo (en lo sucesivo denominado "Comité Conjunto").

2. El Comité Conjunto estará compuesto por representantes gubernamentales de ambas Partes designados por sus respectivos Gobiernos.

3. El Comité Conjunto se reunirá en las fechas, lugares y por los medios que las Partes acuerden. Las reuniones se celebrarán al menos una (1) vez al año, con presidencias alternadas entre las Partes.

4. El Comité Conjunto tendrá las siguientes funciones y responsabilidades:

a) supervisar la implementación y ejecución de este Acuerdo;

b) discutir cuestiones relacionadas con la inversión y compartir oportunidades para la expansión de la inversión mutua;

c) actualizar y coordinar la aplicación de las Agendas para la Cooperación y la Facilitación de Inversiones, de conformidad con el Artículo 31;

d) consultar al sector privado, a la sociedad civil y a comunidades locales, cuando corresponda, acerca de sus puntos de vista sobre cuestiones específicas vinculadas a los trabajos del Comité Conjunto;

e) resolver de manera amistosa cualquier cuestión o controversia relacionada con las inversiones de inversionistas de una de las Partes;

f) complementar las normas para las controversias arbitrales entre las Partes, si fuera necesario; y

g) interpretar las disposiciones del presente Acuerdo, que serán vinculantes para los tribunales arbitrales.

5. Las Partes podrán establecer grupos de trabajo *ad hoc*, que se reunirán conjunta o separadamente del Comité Conjunto.

6. El sector privado, la sociedad civil y las comunidades locales que participen en actividades de inversión podrán ser invitados a participar en los grupos de trabajo *ad hoc*, siempre que así lo autorice el Comité Conjunto.

7. El Comité Conjunto establecerá su propio reglamento interno.

Artículo 24
Punto Focal Nacional u *Ombudsperson*

1. Cada Parte designará una sola agencia o autoridad como Punto Focal Nacional, o *Ombudsperson*, que tendrá como principal responsabilidad el apoyo a los inversionistas de la otra Parte en su territorio.

2. En la República Federativa de Brasil, el Punto Focal Nacional u *Ombudsperson* será el *Ombudsman* de Inversión Directa (OID) de la Secretaría Ejecutiva de la Cámara de Comercio Exterior (CAMEX).

3. En la República de Panamá, el Punto Focal Nacional u *Ombudsperson* será el Ministerio de Comercio e Industrias a través de la Dirección Nacional de la Inversión o sus sucesores.

4. El Punto Focal Nacional o el *Ombudsperson*, entre otras responsabilidades, deberá:

a) atender las recomendaciones del Comité Conjunto e interactuar con el Punto Focal Nacional de la otra Parte, de conformidad con el presente Acuerdo;

b) dar seguimiento a las solicitudes y consultas de la otra Parte o de los inversionistas de la otra Parte con las autoridades competentes e informar a los interesados sobre los resultados de sus gestiones;

c) evaluar, en consulta con las autoridades gubernamentales competentes, las sugerencias y reclamaciones recibidas de la otra Parte o de inversionistas de la otra Parte, y recomendar, cuando corresponda, acciones para mejorar el entorno de inversiones;

d) prevenir controversias en materia de inversiones, en coordinación con las autoridades gubernamentales y las entidades privadas pertinentes;

e) proporcionar información oportuna y útil sobre cuestiones normativas relacionadas a inversión en general o a proyectos específicos; y

f) informar de sus actividades y acciones al Comité Conjunto, cuando proceda.

5. Los Puntos Focales Nacionales u *Ombudspersons* cooperarán entre sí y con el Comité Conjunto para ayudar a prevenir las controversias entre las Partes.

6. Cada Parte determinará los plazos para el cumplimiento de cada una de sus funciones y responsabilidades, los cuales serán comunicados a la otra Parte.

7. Las Partes proporcionarán los medios y recursos para que el Punto Focal Nacional pueda llevar a cabo sus funciones, así como asegurar su acceso institucional a otros organismos gubernamentales encargados de los términos de este Acuerdo.

8. Cada Parte elaborará un reglamento para el funcionamiento de su Punto Focal Nacional u *Ombudsperson*, en el que se establezcan expresamente, según proceda, plazos para el desempeño de sus diversas funciones y responsabilidades.

Artículo 25
Intercambio de información entre las Partes

1. Las Partes intercambiarán información, siempre que sea posible y relevante para inversiones recíprocas, sobre oportunidades de negocio, procedimientos y requisitos para la inversión, en particular a través del Comité Conjunto y sus Puntos Focales Nacionales.

2. Con este fin, una Parte proporcionará, cuando se le solicite, de manera oportuna y respetando el nivel de protección aplicable, información relacionada, en particular, con las siguientes cuestiones:

a) condiciones regulatorias para la inversión;

b) programas gubernamentales y posibles incentivos conexos;

c) políticas públicas y marcos regulatorios que puedan afectar la inversión;

d) marco jurídico para las inversiones, incluida la legislación sobre el establecimiento de empresas y *joint ventures*;

e) tratados internacionales relacionados;

f) procedimientos aduaneros y regímenes tributarios;

g) información estadística sobre el mercado de bienes y servicios;

h) infraestructura y servicios públicos disponibles;

i) compras gubernamentales y concesiones públicas;

j) legislación social y laboral;

k) legislación de inmigración;

l) legislación sobre el cambio de divisas;

m) legislación relativa a sectores económicos específicos previamente identificados por las Partes;

n) proyectos y acuerdos regionales relacionados con la inversión; y

o) Asociaciones Público-Privadas (APPs).

Artículo 26
Tratamiento de información protegida

1. Cada Parte respetará el nivel de protección de la información establecido por la Parte que haya proporcionado dicha información, de conformidad con su respectiva legislación en la materia.

2. Ninguna disposición del presente Acuerdo deberá interpretarse en el sentido de exigir a cualquiera de las Partes que proporcione información protegida cuya divulgación pueda comprometer el cumplimiento de la ley o, de otro modo, sea contraria al interés público o viole la privacidad o intereses comerciales legítimos. A los efectos del presente párrafo, se entiende por información protegida aquella información comercial confidencial o aquella considerada privilegiada o protegida contra su divulgación conforme a las leyes aplicables de una Parte.

Artículo 27
Interacción con el sector privado

Reconociendo el papel fundamental que desempeña el sector privado, las Partes compartirán, entre los sectores empresariales pertinentes, información de carácter general sobre inversiones, marcos normativos y oportunidades de negocio en el territorio de la otra Parte.

Artículo 28
Cooperación entre los organismos encargados de la promoción de las inversiones

Las Partes promoverán la cooperación entre sus entidades de promoción de inversiones para facilitar la inversión en el territorio de la otra Parte.

Artículo 29
Procedimiento de prevención de controversias

1. Si una Parte considera que una medida específica adoptada por la otra Parte constituye una violación de este Acuerdo, podrá invocar este Artículo para iniciar un procedimiento de prevención de controversias a través de consultas y negociaciones entre las Partes, en el marco del Comité Conjunto.

2. Las siguientes normas se aplican al procedimiento mencionado anteriormente:

a) para iniciar el procedimiento, la Parte interesada presentará una solicitud por escrito a la otra Parte, en la que identificará la medida específica en cuestión e informará las conclusiones de hecho y de derecho que sustentan la alegación. El Comité Conjunto se reunirá dentro de los noventa (90) días contados a partir de la fecha de la solicitud;

b) el Comité Conjunto dispondrá de noventa (90) días a partir de la fecha de la primera reunión, prorrogables de mutuo acuerdo, para evaluar la presentación y preparar un informe;

c) el informe del Comité Conjunto incluirá:

i) la identificación de la Parte que alegó la violación;

ii) la descripción de la medida en cuestión y la presunta violación del Acuerdo; y

iii) las conclusiones del Comité Conjunto; y

d) en caso de que la controversia no se resuelva una vez transcurridos los plazos establecidos en el presente Artículo, o si una Parte no participa en las reuniones del Comité Conjunto convocadas de conformidad con este Artículo, la controversia podrá ser sometida por una Parte a arbitraje, según el Artículo 30 del presente Acuerdo.

3. Si la medida en cuestión afecta a un inversionista especifico, en la comunicación oficial se indicarán el nombre y la dirección del inversionista afectado.

4. Si la inversión en cuestión afecta a una o más comunidades específicas, el informe del Comité Conjunto identificará a las comunidades afectadas.

5. Cuando sea pertinente para el examen de la medida en cuestión, el Comité Conjunto podrá invitar a los representantes del inversionista y de la comunidad afectados, así como a otras partes interesadas, a comparecer ante el Comité Conjunto y presentar sus puntos de vista sobre dicha medida.

6. Las actas de las reuniones celebradas en el marco del Procedimiento de Prevención de Controversias y toda la documentación conexa se mantendrán en confidencialidad, con excepción del informe presentado por el Comité Conjunto en los términos del párrafo 2, sujeto a la legislación de cada una de las Partes en materia de divulgación de información.

Artículo 30
Solución de controversias entre las Partes sobre la interpretación o aplicación de este Acuerdo

1. Una vez agotado el procedimiento previsto en el Artículo 29 sin que la controversia haya sido resuelta, cualquiera de las Partes podrá someter una disputa sobre la aplicación de este Acuerdo a un Tribunal Arbitral. Una vez agotados los procedimientos previstos en el párrafo 4.g) del Artículo 23 y en el Artículo 29, y no habiéndose alcanzado un acuerdo, cualquiera de las Partes podrá someter a un Tribunal Arbitral una controversia relativa a la interpretación del presente Acuerdo.

2. No podrán ser objeto de arbitraje el Artículo 4 (Entrada y estancia temporal de inversionistas); el Artículo 17 (Conducta Empresarial Responsable); el Artículo 18 (Inversión y género); el párrafo 1 del Artículo 19 (Medidas sobre inversión y lucha contra la corrupción y la ilegalidad); y el párrafo 2 del Artículo 20 (Disposiciones sobre inversión y medio ambiente, asuntos laborales y salud).

3. La controversia será administrada por un Tribunal Arbitral *ad hoc*. Alternativamente, las Partes podrán optar, de común acuerdo, por someter la controversia a la Oficina Internacional de la Corte Permanente de Arbitraje o a otra institución de arbitraje. Salvo decisión en contrario de las Partes, dicha institución aplicará las disposiciones del presente Artículo.

4. La controversia se resolverá de conformidad con las disposiciones del presente Artículo, del Anexo II (Normas sobre Transparencia) y, en la medida en que no sean incompatibles con el presente Acuerdo, con las Reglas de Arbitraje de la UNCITRAL vigentes en la fecha de la entrada en vigor del presente Acuerdo.

5. El propósito de un arbitraje sobre la interpretación de este Acuerdo es determinar su significado legal correcto.

6. El propósito de un arbitraje sobre la aplicación de este Acuerdo es declarar si una medida adoptada por una Parte viola sus disposiciones. Para mayor certeza, el Tribunal Arbitral no concederá indemnización.

7. Este Artículo no se aplicará a ninguna controversia relativa a hechos que hayan ocurrido, ni a ninguna medida que se haya adoptado antes de la entrada en vigor del presente Acuerdo.

8. Este Artículo no se aplicará a ninguna controversia si han transcurrido más de cinco (5) años desde la fecha en que la Parte conoció o debió haber conocido los hechos que dieron lugar a la controversia.

9. El Tribunal estará integrado por tres (3) árbitros. Cada Parte nombrará, dentro de los noventa (90) días siguientes a la recepción de la notificación de arbitraje, a un miembro del Tribunal Arbitral. Dentro de los noventa (90) días siguientes al nombramiento del segundo árbitro, los dos miembros nombrarán a un nacional de un tercer Estado con el que ambas Partes mantengan relaciones diplomáticas, quien, previa aprobación de ambas Partes, será nombrado Presidente del Tribunal Arbitral. El nombramiento del Presidente deberá ser aprobado por las Partes dentro de los treinta (30) días siguientes a la fecha de su nombramiento.

10. Si, dentro de los plazos especificados en el párrafo 9 del presente Artículo, no se concluyen los nombramientos necesarios, cualquiera de las Partes podrá invitar al Secretario General de la Corte Permanente de Arbitraje a efectuar los nombramientos necesarios. Si el Secretario General de la Corte Permanente de Arbitraje es nacional de una de las Partes o se ve impedido de desempeñar dicha función, se invitará al Presidente de la Corte Internacional de Justicia a efectuar los nombramientos necesarios. Si el Presidente de la Corte Internacional de Justicia es nacional de una de las Partes o se le impide desempeñar dicha función, el miembro de la Corte Internacional de Justicia que tenga más antigüedad y que no sea nacional de una Parte será invitado a hacer los nombramientos necesarios.

11. Los árbitros deben:

a) ser personas de alto nivel moral, así como tener experiencia reconocida y los conocimientos necesarios en acuerdos internacionales de inversión y en Derecho Internacional Público;

b) ser independientes e imparciales y no estar afiliados, directa o indirectamente, con ninguna de las Partes o con los otros árbitros o posibles testigos, ni tomar instrucciones de las Partes; y

c) cumplir el Código de Conducta para los Árbitros en la Solución de Controversias Internacionales sobre Inversiones (resolución aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 7 de diciembre de 2023), según sea aplicable a la controversia, o cualquier otra norma de conducta establecida por el Comité Conjunto.

12. Una persona que sea miembro del Comité Conjunto no podrá actuar como árbitro en una controversia en los términos del presente Acuerdo. Durante un período de un (1) año, un ex miembro del Comité Conjunto no podrá actuar como árbitro en ninguna controversia en los términos del presente Acuerdo, salvo decisión en contrario de las Partes.

13. La "Notificación de Arbitraje" y otros documentos relacionados con la resolución de la controversia se presentarán en el lugar designado por cada Parte.

14. El Tribunal emitirá su decisión por mayoría de votos y decidirá sobre la base de las disposiciones de este Acuerdo y de los principios y normas aplicables del Derecho Internacional reconocidos por ambas Partes. A menos que las Partes acuerden otra cosa, la decisión del Tribunal Arbitral se pronunciará en un plazo de ciento ochenta (180) días prorrogables por noventa (90) días, a partir de la fecha de constitución del Tribunal Arbitral.

15. La decisión del Tribunal será definitiva y vinculante para las Partes, quienes la cumplirán sin demora.

16. El Comité Conjunto aprobará la regla general para determinar los honorarios de los árbitros, teniendo en cuenta las prácticas de las organizaciones internacionales pertinentes.

17. Cada Parte será responsable de los costos de su propia representación legal y asistencia en los procedimientos arbitrales. Los costos del procedimiento arbitral, incluidos los honorarios del árbitro, los gastos, las asignaciones y otros costos administrativos, deberán ser asumidos por la Parte perdedora, salvo decisión contraria del Tribunal.

PARTE VII
AGENDA PARA COOPERACIÓN Y FACILITACIÓN ADICIONAL DE INVERSIONES

Artículo 31
Agenda para Cooperación y Facilitación Adicional de Inversiones

1. El Comité Conjunto desarrollará, actualizará y coordinará la aplicación de una Agenda para Cooperación y Facilitación Adicional de Inversiones en los temas relevantes para la promoción y mejora del ambiente bilateral de inversiones.

2. Las cuestiones que serán discutidas inicialmente por las Partes y sus objetivos se enumeran en el Anexo I – "Agenda para Cooperación y Facilitación Adicional de Inversiones".

3. Como resultado de las discusiones en el marco del Comité Conjunto con respecto a la Agenda para la Cooperación y Facilitación Adicional de Inversiones, las Partes podrán adoptar compromisos adicionales.

4. Los resultados de tales negociaciones constituirán protocolos adicionales al presente Acuerdo o instrumentos jurídicos específicos.

5. El Comité Conjunto coordinará los calendarios de los debates para una mayor cooperación y facilitación de inversiones y la negociación de compromisos específicos.

6. Las Partes presentarán al Comité Conjunto los nombres de los órganos de gobierno y sus representantes oficiales involucrados en estas negociaciones.

PARTE VIII
DISPOSICIONES FINALES

Artículo 32
Enmiendas

1. El presente Acuerdo podrá ser enmendado en cualquier momento, a solicitud de cualquiera de las Partes. La Parte solicitante deberá presentar su solicitud por escrito, explicando los fundamentos que justifican la modificación. La otra Parte consultará con la Parte solicitante sobre la propuesta de modificación y responderá a la solicitud por escrito.

2. Cualquier acuerdo para enmendar el presente Acuerdo, en los términos de este Artículo, deberá formalizarse por escrito, ya sea en un único instrumento escrito o mediante el intercambio de notas diplomáticas. Tales enmiendas serán vinculantes para los tribunales constituidos en virtud del Artículo 30 del presente Acuerdo, y cualquier decisión arbitral deberá ser coherente con todas las enmiendas al presente Acuerdo.

3. Las enmiendas entrarán en vigor de conformidad con el procedimiento establecido en el Artículo 33.

Artículo 33
Disposiciones finales

1. Ni el Comité Conjunto ni los Puntos Focales o *Ombudspersons* sustituirán o menoscabarán, de ninguna manera, cualquier otro acuerdo o canales diplomáticos existentes entre las Partes.

2. Los anexos, excepciones, notas a pie de página y entendimientos de este Acuerdo constituyen partes integrantes del mismo.

3. Sin perjuicio de sus reuniones ordinarias, después de diez (10) años de la entrada en vigor del presente Acuerdo, el Comité Conjunto llevará a cabo una revisión general de su aplicación y formulará recomendaciones sobre posibles modificaciones, si fuera necesario.

4. Este Acuerdo entrará en vigor noventa (90) días después de la fecha de recepción de la segunda nota diplomática que indique que ambas Partes han concluido todos los procedimientos internos necesarios relacionados con la celebración y la entrada en vigor de acuerdos internacionales.

5. Las enmiendas acordadas por las Partes entrarán en vigor, de conformidad con los procedimientos establecidos en el párrafo 4 de este Artículo, a menos que las Partes dispongan otro plazo.

6. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo en cualquier momento, mediante notificación escrita a la otra Parte. La terminación surtirá efecto en la fecha que acuerden las Partes o, si no se logra un acuerdo, trescientos sesenta y cinco (365) días después de la fecha en que se haya entregado la notificación de terminación.

En testimonio de lo cual, los infrascritos, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Acuerdo.

Hecho en la Ciudad de Panamá, el 28 de enero de 2026, en dos originales, en portugués y español, siendo todos los textos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

Mauro Vieira
Ministro de Relaciones Exteriores

POR LA REPÚBLICA DE PANAMÁ

Julio Moltó
Ministro de Comercio e Industrias

ANEXO I

AGENDA PARA COOPERACIÓN Y FACILITACIÓN ADICIONAL DE INVERSIONES

1. Pagos y transferencias

2. Visados

3. Normativa técnica y medioambiental

4. Género

5. Comercio electrónico

6. Indicaciones geográficas (SIG)

7. Cooperación institucional y sectorial

ANEXO II

REGLAS SOBRE LA TRANSPARENCIA APLICABLES A LOS TRIBUNALES ARBITRALES ESTABLECIDOS DE CONFORMIDAD CON LO DISPUESTO EN EL ARTÍCULO 30 DEL ACUERDO

Artículo 1
Ámbito de aplicación

1. Este Anexo se aplica a los Tribunales Arbitrales establecidos de conformidad con las disposiciones del Artículo 30 de este Acuerdo.

2. El Tribunal Arbitral tendrá la facultad de adaptar los requisitos de cualquier disposición específica de estas Reglas a las circunstancias particulares del caso si dicha adaptación es necesaria para llevar a cabo el arbitraje de manera práctica y es coherente con el objetivo de transparencia de estas Reglas, si las Partes están de acuerdo con los cambios propuestos.

3. En caso de conflicto entre una disposición del presente Anexo y una disposición del Acuerdo, esta última prevalecerá en la medida del conflicto.

Artículo 2
Publicación de información al inicio del procedimiento arbitral

Una vez que la Parte demandada haya acusado recibo de la Notificación de Arbitraje, la Parte que inició el arbitraje deberá poner prontamente a disposición del público información sobre la emisión de dicha Notificación de Arbitraje y sobre las medidas que presuntamente violan el Acuerdo.

Artículo 3
Procedimiento arbitral

1. El procedimiento arbitral deberá cumplir con el principio de transparencia, a menos que se trate de información confidencial o protegida.

2. La información confidencial o protegida consiste en:

   a) información comercial confidencial;

   b) información protegida contra la puesta a disposición del público en virtud del Acuerdo;

   c) información proporcionada por una Parte que está protegida contra la puesta a disposición del público bajo la legislación de esa Parte;

   d) información que esté protegida y no deba ser de acceso público bajo cualquier ley o norma de una de las Partes;

   e) información cuya divulgación cualquiera de las Partes considere contraria a su seguridad nacional o al orden público; y

   f) información que ponga en peligro la integridad del proceso arbitral si se pone a disposición del público.

3. Cualquier determinación sobre si la información es pública, confidencial o protegida deberá ser realizada por el Tribunal Arbitral previa consulta con las Partes en disputa. Una vez realizada esta determinación, la información que no esté protegida ni sujeta a confidencialidad deberá hacerse pública.

4. El Tribunal Arbitral, previa consulta con las Partes litigantes, adoptará disposiciones para impedir que toda información confidencial o protegida se ponga a disposición del público, incluso estableciendo, según proceda:

a) plazos en los que una Parte en disputa, una Parte no involucrada en la disputa en el tratado o un tercero deberá notificar que busca protección para dicha información contenida en los documentos;

b) procedimientos para la pronta designación y redacción de la información confidencial o protegida específica en dichos documentos; y

c) procedimientos para celebrar audiencias en privado.

Artículo 4
Publicación de documentos

1. Sujeto a lo dispuesto en el Artículo 3, los siguientes documentos deberán ser puestos a disposición del público: la notificación de arbitraje, la respuesta a la notificación de arbitraje, la exposición inicial, la contestación y cualquier otra exposición o manifestación escrita adicional de cualquiera de las Partes en disputa; una tabla que enumere todos los anexos a los documentos mencionados y a los informes de peritos y declaraciones de testigos, en caso de que dicha tabla haya sido preparada para el procedimiento, pero no los anexos en sí; cualquier manifestación escrita de terceros; transcripciones de las audiencias, cuando estén disponibles; y órdenes, decisiones y laudos del Tribunal Arbitral.

2. Sujeto a lo dispuesto en el Artículo 3, los informes de peritos y las declaraciones de testigos, con excepción de los anexos relacionados, deberán ser puestos a disposición del público previa solicitud de cualquier persona al Tribunal Arbitral.

3. Sujeto a lo dispuesto en el Artículo 3, el Tribunal Arbitral podrá decidir, por iniciativa propia o a solicitud de cualquier persona, y previa consulta con las Partes en disputa, si pone a disposición, y de qué manera, los anexos y cualquier otro documento presentado al Tribunal Arbitral o emitido por éste que no esté comprendido en los párrafos 1 o 2 anteriores. Esto podrá incluir, por ejemplo, la puesta a disposición de dichos documentos en un sitio determinado.

Artículo 5
Audiencias

1. Sujeto a lo dispuesto en los párrafos 2 y 3 del presente Artículo, las audiencias para la presentación de pruebas o para la exposición oral de argumentos ("audiencias") deberán ser públicas.

2. Cuando sea necesario proteger información confidencial o la integridad del procedimiento arbitral, conforme al Artículo 3, el Tribunal Arbitral deberá tomar las medidas necesarias para celebrar en forma privada la parte de la audiencia que requiera dicha protección.

3. El Tribunal Arbitral deberá realizar los arreglos logísticos necesarios para facilitar el acceso público a las audiencias (incluida, cuando corresponda, la organización de participación por videoconferencia u otros medios que considere adecuados). No obstante, el Tribunal Arbitral podrá, previa consulta con las Partes en disputa, decidir celebrar toda o parte de la audiencia en forma privada cuando ello sea necesario por razones logísticas o de seguridad, como en casos en que las circunstancias hagan inviable cualquier disposición originalmente prevista para el acceso público a la audiencia.

Artículo 6
Publicación del Laudo Final

1. Sujeto a lo dispuesto en el Artículo 3, el Laudo Final del arbitraje emitido por el Tribunal Arbitral deberá ser puesto a disposición del público.

2. En caso de que el Laudo Final contenga información confidencial o protegida, deberá prepararse y ponerse a disposición del público una versión editada del mismo.